



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO SECRETARIA
DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE

DIVISÃO DE GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO –
DGUC



ATA 189º REUNIÃO ORDINÁRIA – CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL BORORÉ-COLÔNIA

&

ATA 240º REUNIÃO ORDINÁRIA – CONSELHO GESTOR DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL CAPIVARI-MONOS

Dia 25 de fevereiro de 2025, Terça-feira, das 10h às 12h

PRESENCIAL: Subprefeitura de Parelheiros

A referida ata foi elaborada a partir da transcrição da consulta pública

APA - Bororé-Colônia	
Lista de presença- Sociedade Civil	
Setor	Representantes
IMARGEM	Kimberly Marques
Associação de Moradores da Chácara Santo Amaro	Antônio Carlos
ISCA	Lucas Lima

Lista de presença- Poder Público	
Setor	Representantes
Secretaria do Verde e Meio Ambiente	Maíra Soares
Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento	Raquel Araújo
Secretaria Municipal da Saúde	Jacqueline Penha
Secretaria Municipal de Habitação	Oliver P. B. Luccia
Subprefeitura Capela do Socorro	Carlos Jesus dos Santos

APA - Capivari-Monos	
Lista de presença- Sociedade Civil	
Setor	Representantes
Associação Comunitária Habitacional Vargem Grande - ACHAVE	Severino Carlos
Curucutu Parques Ambientais	Vera Roso
Centro Comunitário São Pancrácio	Maria de Fátima
AMTECI	Solange Aparecida
BIKE do Polo	Roberta Batista

Lista de presença- Poder Público	
Setor	Representantes
Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento	Raquel Araújo
Secretaria do Verde e Meio Ambiente	Maíra Soares

CREDENCIAMENTO DOS PARTICIPANTES

A lista de presença, e o registro fotográfico dessa reunião encontram- se anexada a este documento, nos Anexos I, II, assim como orienta a Portaria Municipal nº 049/SVMA.G-AJ/2020 e de acordo com o Regimento Interno do Conselho Gestor da APA-BC e Conselho Gestor APA-CM – Gestão 2022-2024.

Consulta pública da Floresta Municipal Fazenda Castanheiras no Conselho da APA Bororé-Colônia

Data: 25/02/2025

Duração: 03:04:44

Participantes:

Liliane Arruda

Rosélia Ikeda

Anita Correia de Souza

Rodrigo Martins

Patrícia Prado

Fabricia Sousa

Maíra Galvanese

Participações da Casa Cível

Kimberly Marques dos Santos

Antônio Carlos Parreira Silva

Lucas Lima

Severino CARlos de Souza

Vera Roso/Ana Roso

MAria de Fátima Saharovsky

Solange Aparecia Dias

Roberta Batista

Publico Convidado

Nome

Dirceu J.C. Penteado

Luiz Carlos Passos

Weliton Jose dos Santos

Aparecida

Dario A.P. Zaranza Jr.

Carlos Martins
Claro Mali
Arlindo Ballo de Oliveira
Vera Helena Rosa
Maria Bernardete A.
Ana Claudia Rosa
Ubirajara de Marrões Pereira
Palus Jose Moreira
Gabriel Pereira Baneto
Gilson Dos Santos Oliviera
Claudio de Oliveira
Wanda de Oliveira
Dalberto
Teilton Nascimento Lima
Sergio Y. Sato
Milin Akilas Nariylki
Yashitaka Ogata
Agnaldo Pereira dos Santos
Antonio Jose de Souza Gil
Jandira R.S.P
Felipe Moreli Fantacini
Advardo de Souza
Zilma F. Oliveira
Rosangela M. B
Riza Lima dos Santos
Raimundo nonato Alves dos Santos
Evaldo F.D

Juares Severino da Silva

Adriana Ap. Miguel Liberato
Lucia Pereira de Sousa
Rosimeire Ap. dos Santos
Ângela Maria dos Santos
Susana do Ouro Rocha
Claudinei Bueno Dias
MAria Ducina de Oliveira
Flavio Almeida do Nascimento
Geraldo Liy
Jose Raimundo Borges
Antonio Pery

Fernando Fernandes De Carvalho Jr
Carlos Fernando da Silva
Sandra Alexandre da Silva
Joao F.
Maria de Lourdes Andrade de Sousa
Jose Gildasio Oliveira
Van Andrade Sousa
Leandro de assis Oliveira
Jailson Alves Bastos
Jamel V. Silva
Severina MAria
Mario do E.
Luiz A. Silva
Fabio Miguel dos Santos
Luizs Gil

Camilia Oliveira Lopes Abreu
Diego Maciel B. da Silva
Ademir Bueno R
Ivan Muntez Araujo
Andrea Alves Correa Duatra
Vivian O . R
Helena de Freitas
Viviane G. Gama Amaral
Scarlatt dos Santos
Dias Mendonça dos Satos
Fernando Ferraz

Pamela Rodrigues Alves

Deise Renata Ap. T da Silva
Evami Rocha da Cruz

Genivaldo Lima dos Santos
Valeria MAria Macoratti
Bruno R Helfstein
Tais Marlane Menoes Ramos
Edmilson
Roseli Allenam
Pova Inor Oliveira da Silva
Francisco Barbosa
ROsilda Lima Ducrele

Elene Nascimento
Messias do Nascimento
Ailtou de Moraes
Araci Galdine
Marlene Pereira Silva
Fabio Buffulo
Ganesio Martins de Souza
Zélia Ferreira da Cunha
Zeze Cerli de S Souza
Wilson G BArbosa Junior
Daniela Oliveira
Arlete Araujo
Jose Oremae Alto de Sousa
Leandro Sales de Sousa
Allan M.F. de Lima
Benedito Severino de Freitas
Renato Ocaves de Souza

Deris Fernando Nory
João P. de Silva
Debora R. G. Roschel Bueno
Wellington Brandão da Silva Santos
João . Ap Pazindo
Ailton Bispo da Silva
Marcire de Souza
Edson Domingues Helfstein
Clovis Luiz Cardoso
Valdete dos Santos Dias
Leonardo Galdini Munichshofes
Gllmar Cera de Oliveira
Bruno Fróes BErmudes
Edilho M. Santos
Antonio Helio
Jose . Oliveira
Severina Viera
Lucineira Rosa P Silva
Viviane de S Paz
Diego Braga dos Santos
Fabio Batista do Santos
Roberta Batista
Ivanir Batista

Lucas U. Duarte

Luiz A. da S . Duarte

Marlir D. D

Roberto CARlos da Silva

Floisio Freia

Solange Dias

Adriana Ap. Miguel Liberato

Charles V.N Santana

Maria de Fatima Sahadousty

Ronildo Rodrigues de Si

Guida Dantas Paes

Wellington Faras NAscimento

Augusto Bat

Andre Luiz de Paula

Negão Terraplanagem

Francisco Queiroz

Herik Helptein Santana

João CARlos Batista

MRU

Paulo Tsukenmi Nomura

Edelson da Silva Lira

Carlos Augusto Pinheiro Ramos

Roberto Miranda B Macedo

Marcelo Alexandre de Paula

Clayton de Sá Macedo

Luiz Roberto Pereira da Cruz

Nadia Sena de Souza

Claudio dea Cruz

Fernando CARvalho

Maria Nelza

Saria M.M. Beluia

Jose Pedro B

Luana A.R Santana

Maria do Desterro Ferreira

Irezinlia Serra Neira

Jairo Ribeiro da Silva

Francisco Adão Oliveira

Maria De Loudes da Silva Gomes

Ana Paula Dias Castelo

Catarina de Sena P. Coelho

Juesiara Maria de Jordão

Amanda B. Dias Santos

Luiz Ap. dos Santos

Ezequiel M.O Jesus

Josanas C Bragantum

Paulo Noberto

Mario Stoguerjasu Wahi

Aurelio Pereira

Benrenice Leno da Silva

Amanda Roschel Fernandes

Maíra Galvanese: Bom dia pessoal, hoje estamos realizando a reunião ordinária conjunta dos Conselhos Gestores APAs Bororé-Colônia e Capivari-Monos, que tem como pauta a atualização das informações sobre os decretos de criação de Parques e Unidades de Conservação na região, que muitos de vocês estão aqui por conta deste assunto. Mas também será feita a apresentação sobre a criação da nova Unidade de Conservação – Floresta Municipal Castanheiras, hoje é a Consulta Pública, que inclusive é importante para que entendam sobre o processo de criação de uma Unidade de Conservação.

Rodrigo Martins: Meu nome é Rodrigo Martins dos Santos. Sou funcionário público da Prefeitura já há muitos anos. Inclusive, é uma honra e um prazer estar aqui novamente no Conselho Gestor da APA Bororé-Colônia, na qual eu ajudei a formar, fui o primeiro presidente desse conselho lá em 2006. Então, conheço bem a região, conheço alguns de vocês e me sinto honrado de estar aqui novamente falando com vocês. Inicialmente, a gente vai reverter a pauta, porque esse é o tempo mais rápido até para vocês entenderem o que é (som ininteligível) de terra que a prefeitura está fazendo na cidade inteira, que é o projeto São Paulo Capital Verde, que é um projeto que existe desde 2004, no Plano Diretor, e aos poucos ele vai ser executado, nesse momento, a prefeitura continua a execução dele, então a gente vai mostrar aqui a Floresta Municipal Castanheiras, que é uma das unidades de conservação que a cidade vai criar este ano. E foi resultado da compra de alguns terrenos que a Prefeitura fez na região. Eu queria pedir para a Patrícia, a geógrafa, para ficar aqui do meu lado para a gente fazer um bate-bola, que ela conhece bem aqui os estudos. Essa floresta municipal, ela fica localizada aqui, na Capela do Socorro, no Grajaú, lá perto do (som ininteligível) Santo Amaro, perto do Colônia, já na margem da represa Billings. Tem um processo, quem

quiser acompanhar o processo de criação, 6027 2025/0000788-0, esse é o processo. Vocês podem usar a internet, colocar lá processosprefeitura.sp.gov.br. Coloca esse número lá que vocês acompanham a criação dessa unidade de conservação. E eu queria saber, se alguém puder ficar aqui passando. Então, ela está localizada na região sul, as margens da represa Billings, elas estão aqui, faz parte do corredor ecológico da Mata Atlântica, que é o corredor previsto no Plano Municipal da Mata Atlântica, que foi aprovado pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente em 2017. Ela está na Península do Bororé, que é uma área de proteção ambiental, que nós estamos aqui na reunião dela. Fica a 25 quilômetros da Marginal Pinheiros e está na área de proteção de mananciais, ou seja, a água que a cidade toma vem dessa região também. O Projeto São Paulo Capital Verde, que nós vamos apresentar detalhes dele daqui a pouco, mas esse é mais um integrante desse projeto, ele tem o objetivo de adquirir áreas, ou seja, comprar terras. A prefeitura não vai tirar ninguém sem indenizar, ela vai pagar e comprar essas terras correspondente a 10% do território do município. Ela está dentro de um projeto de expansão de criar mais parques e unidades de conservação. Para quê, pessoal? Para controlar esse calor imenso que a gente está tendo na cidade. Tem as previsões das mudanças climáticas cada vez mais drásticas, o clima vai ficar mais quente e a gente vai ficar com menos água. Então, a prefeitura já está prevendo para evitar umas catástrofes que podem acontecer se a cidade perder as florestas que ainda restam. Então, um plano para o seu futuro, do seu filho, dos seus netos. A meta, então, é ampliar a cobertura de áreas protegidas, que atualmente está em 15%, ela vai para 26% com a criação desses novos parques e unidades de conservação. Nós vamos trabalhar isso na próxima apresentação. Vamos passar e voltar para a nossa (som ininteligível), floresta municipal e o projeto mananciais paulistanos. Então, essa floresta municipal está dentro desse projeto, que é um projeto que busca estabelecer um cinturão de proteção ambiental no entorno do Rodoanel. Nós temos quatro parques naturais, que vocês já devem conhecer aqui na região, Jaceguava, Itaim, Varginha e Bororé. Porém, eles são resultado de uma compensação do Rodoanel. A cidade, ela sabe que só esses parques para proteger as florestas que tem não basta. É necessário muito mais área para que a cidade tenha o seu equilíbrio climático. Então, criação de novos núcleos. São os núcleos Paiol, que nós vamos ver daqui a pouco, Araguava, Itaim (som ininteligível), Ribeirão Bororé, Billings e Castanheiras. O Castanheiras é esse que a gente está criando este ano, que vocês estão aqui na consulta pública, para sugerir, recomendar qualquer coisa no projeto. E uma complementação a esses parques naturais que já existem. Pode passar. O que é uma Floresta Municipal? Ela é uma unidade de conservação de uso sustentável, ou seja, a floresta, a vegetação nativa, (som ininteligível) vegetação e a fauna também, ela deve ser trabalhada num uso coletivo que a cidade vai acompanhar,

a cidade vai gerir esse uso de forma sustentável. O objetivo então é o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e principalmente a pesquisa científica. Então muitas coisas que não podem fazer num parque e ter muita restrição, um parque natural, uma unidade de proteção integral, e uma reserva de refúgio de vida silvestre que a cidade tem. Também é uma unidade de proteção integral, então muitas coisas não podem acontecer nessas unidades. Sobretudo, por exemplo, pesquisa utilizando os produtos florestais, as pesquisas que acontecem nessas áreas são muito mais indiretas, de pouco contato, a floresta municipal é uma lista dessas áreas. Por exemplo, o SAF, um sistema agroflorestal, pode ser utilizado, que pode ser um laboratório de sistema agroflorestal, uma floresta municipal. Então, uma das ideias de ter uma floresta municipal é que São Paulo tenha laboratórios ao ar livre para sistemas agroflorestais, manejo florestal. Aqui na região a gente tem muito Cambuci que pode ser desenvolvido novos produtos e a cidade não pode esperar só um produtor testar esses produtos, testar essas técnicas. A cidade tem que ter um espaço onde pesquisadores podem testar novos produtos para o produtor depois aproveitar esses produtos e comercializá-los. Então, as características dessa floresta municipal. Exploração de recursos florestais e madeira também, inclusive, uma madeira manejada. Nós temos diversas florestas no Brasil que são unidades de conservação, é importante saber que uma floresta municipal não é uma área de exploração madeireira predatória. É o que acontece nas propriedades que não são unidades de conservação. (Som ininteligível) onde se tem técnicas de quando colher, quando plantar, o que está plantado, o que será colhido e a forma como fazer isso. Ela tem muito a ver com a pesquisa científica, incentivar o estudo sobre flora, fauna, ecologia e manejo florestal. Populações tradicionais, geralmente nesse modelo, elas podem, inclusive, conviver dentro desse tipo de floresta, que, no caso aqui, a população tradicional reconhecida são os povos Guaranis, que não estão no território dessa floresta, mas estão nas proximidades e eles podem, inclusive, participar da gestão dessa unidade. Não só os pontos tradicionais, mas as comunidades rurais organizadas, se a gente tem associações de produtores, associações de ecoturismo, associações de outros tipos de atividades da região que podem ser com gestores dessa nova unidade de conservação. Ela tem que ter uma cobertura florestal nativa, então não é, por exemplo, se há espécies exóticas, a ideia de possibilidade de conservação é substituí-las, inclusive, fazendo o manejo disso, entendendo, estudando como fazer esse manejo com predominância de espécies nativas, com prioridade para a conservação e recuperação. Então, técnicas. A gente sabe que na região tem muito pinos e eucalipto, a prefeitura pode usar a floresta municipal como laboratório de como substituir isso sem trazer prejuízo para os proprietários. Porque a gente sabe que muitos vivem também na colheita dos pinos e do eucalipto. E a gente pode, na floresta municipal, desenvolver

técnicas onde todo mundo vai ganhar, inclusive, a cidade. O uso público também é permitido, ela não é uma área fechada, a floresta municipal tem que ter aberta à visitação, por isso eu convido vocês para conversar com o pessoal que faz a gestão, agendar uma visita e conhecer o espaço que a gente comprou no projeto São Paulo Capital Verde. São Paulo já gastou, só nessa unidade, R\$ 26 milhões comprando terras e vai prever gastar mais 40 milhões de reais comprando novas áreas ao redor, ou seja, todos os proprietários estão sendo comprados à terra. Então, ela tem que ter um uso público, lazer, ecoturismo, educação ambiental compatível com o manejo. E, claro, isso tudo tem que estar numa regra chamada Plano de Manejo, que vocês também devem participar e construir junto com a Prefeitura esse plano. A importância das florestas municipais, principalmente para a conservação, é uma unidade de conservação de uso sustentável, porque ela conserva e desenvolve economia, é uma unidade para o desenvolvimento econômico, então, desenvolvimento diversificado e sustentável, recursos florestais contribuindo para o desenvolvimento econômico e a gestão ambiental, fortalecer a gestão ambiental dos imóveis públicos da cidade. São Paulo tem esse plano de ampliar os imóveis municipais comprando terras e a floresta tem essa ideia, está prevista uma lei federal do sistema nacional de conservação que deve ser gerida junto com a comunidade. Pode passar. Então, Legislação, essa floresta está prevista no plano diretor da cidade de São Paulo, que foi agora revisto em 2023, antes ela estava prevista para ser um parque, só que o novo plano diretor mudou a categoria para uma floresta municipal, justamente vendo a possibilidade de desenvolvimento de outras atividades econômicas que estão acontecendo, porque o parque tem um propósito importante de visitação e projeção, porém dentro de um parque não se pode desenvolver produtos florestais para os agricultores venderem e produzirem na sua propriedade. Então, a prefeitura, tendo uma (som ininteligível) assim, poderá ofertar ainda mais a economia sustentável da região. Ela está dentro de uma área de proteção ambiental também, que é a Bororé Colônia, e, pela lei do zoneamento, já era uma área que não permitia uso urbano. É uma área de proteção, uma Zona de Proteção Ambiental ZEPAM, e Zona de preservação e desenvolvimento rural. Então, ela casa exatamente com o propósito da flora, juntando zona de preservação e zona de desenvolvimento rural sustentável. Ela está dentro do corredor ecológico da Mata Atlântica, previsto no plano municipal da Mata Atlântica, incluindo o plano diretor, e a primeira propriedade que foi adquirida, que é essa propriedade chamada Agro Castanheiras. Só para vocês terem ideia de como esse projeto é vantajoso para os proprietários, esse cidadão, o senhor William Helling, ele ofereceu esse móvel para a Prefeitura de São Paulo no ano de 2020 por 14 milhões de reais. 14 milhões de reais. É uma grande propriedade que vocês têm a oportunidade de visitar, uma grande propriedade lá, bem montada, bem

estruturada, todas as edificações aprovadas com um alvará de construção, o processo deles de colheita, que eles já faziam a colheita do palmito. Inclusive, o palmito é um produto que a gente pode desenvolver melhor para eles, para a gente está tendo uma feirinha aqui no Alamos. Você vai lá e tem pastel de palmito. Então, o palmito, as pessoas consomem palmito na empadinha, na torta, é um produto importante, é um produto que Parelheiros, pode ser um grande produtor de palmito, inclusive para o Brasil, não só para a cidade de São Paulo. A flora, a flora municipal, a floresta municipal, Fazenda Castanheiras, ela pode ser um exemplo para a América do Sul inteira. A gente tem a Mata Atlântica na Argentina, a gente tem Mata Atlântica no Paraguai, no Uruguai, e em São Paulo, que é a maior cidade do hemisfério sul, pode desenvolver produtos e ensinar, trazer, fazer trocas com esses países. Então é uma oportunidade que São Paulo tem, que Parelheiros tem, que a região do Grajaú, a região da Capela do Socorro tem. Essa unidade, por exemplo, foi vantajosa para esse proprietário. Ele ofereceu os R\$ 14 milhões e falou, ó, eu tenho um alvo aqui e ela vale R\$ 20 milhões. Mas eu vendo a prefeitura por 14. A prefeitura não pode trabalhar dessa forma. Ah, eu vejo assim. Tem todo um processo de transparência que envolve o poder judiciário, envolve a procuradoria. Então não adianta você falar assim, ah, eu quero tanto no meu PM. Não. Aí a prefeitura fez um laudo. O laudo de avaliação colocou o imóvel dele a R\$ 26 milhões. Então ele ganhou R\$ 10 milhões a mais do que ele tinha oferecido pelo imóvel dele. Para você ver qual é a vantagem, o procedimento de compra que a prefeitura faz na aquisição de terras da cidade de São Paulo, que é o que a gente vai falar na segunda parte de hoje. A Floresta Municipal, então, ela tem esse tripé, uso múltiplo sustentável, pesquisa sustentável científica, participação pública controlada, inclusive amanhã, vai inaugurar no Centro de Visitantes da Floresta Nacional, Ipanema, que fica lá em Sorocaba, pela manhã. Quem quiser conhecer uma floresta, unidade de conservação (som ininteligível) eu recomendo vocês irem lá, 10 horas da manhã, em Sorocaba, amanhã. Aí vai estar, inclusive, a ministra e o presidente do ICMB. Pode passar. Bem, aqui o histórico de ocupação, para criar essa floresta municipal tem alguns estudos preliminares previstos nessa lei federal. Então tem um compilado que está disponível no site da Secretaria do Verde, onde eu vou mostrar depois, onde vocês o encontram, que é um documento chamado Diagnóstico Socioambiental. Então, aqui é basicamente o histórico da nossa ocupação, se alguém puder me dar uma água aí, por favor. Então, a gente tem aqui o histórico da ocupação da nossa região Capela do Socorro e Parelheiros também. A gente tem a presença indígena antes de 1500. Temos aí os povos guaranis, que são remanescentes dos povos originários, esse território já foi totalmente indígena, onde nós estamos já foi terra indígena. Depois a gente teve o período colonial, onde começou a utilizar o Caminho de Conceição de Itanhaém, para quem é bem antigo na região

de Parelheiros, sabe que nas cartas, nos documentos que faziam a divisa de terras, naquela Estrada Ponte Alta, a Estrada Velha da Colômbia, (som ininteligível) e a ligação por aquela terra, e depois lá no Parque da Serra do Mar, tinha um caminho chamado Caminho de Conceição de Itanhaém. Esse caminho ligava Itanhaém, a Santo Amado, inclusive, um trecho dele é a Avenida do Rio Bonito, lá no nosso Rio Bonito, aquela avenida lá, que desce para a Capela do Socorro, para a capela mesmo, para a igreja ela é um trecho do caminho de Conceição de Itanhaém, que é um caminho histórico, que está descrito por historiadores do século XIX como Benedito do Calixto. Eu recomendo quem quiser conhecer mais a história da região, procurar ler Benedito do Calixto. Então, isso aí está nos livros deles, e aí, no século XIX, a gente começou a ter a primeira colonização, a primeira experiência de colonização estrangeira oficial, que foi a colônia alemã de Parelheiros, em 1829. E esses, aqui é importante dizer que eu sei que muitos de vocês podem ser descendentes deles, receberam terras sem pagar um tostão. Então os imigrantes vieram para cá, os primeiros imigrantes, receberam as terras devolutas, o governo doou terras, doou ferramentas, doou armas, doou insumos, que nem a gente faz aqui no Sampa Mais Rural, tem o pessoal do Sampa Mais Rural aqui, a gente doa também insumos, ferramentas, tem o pessoal da ADSampa que também doa (som ininteligível). E depois, no início do século XX, a gente teve a chegada das colônias japonesas da região. A gente tem o (som ininteligível) lá de Casa grande e São Paulo se tornou parte (som ininteligível) um dos maiores produtores de alface aqui, de hortaliças, (som ininteligível), que fica lá do lado da floresta Castanheiras, aqui na região, também é descendente desse pessoal da colonização japonesa. E depois, no final do século XX, com a urbanização, da cidade, a industrialização, começou a vir migrantes de outras partes do Brasil, sobretudo Paraná, Minas Gerais e estados do Nordeste do Brasil. Aí veio a minha família, por exemplo, que eu sou daqui da região, e eles vieram lá da Paraíba, de Alagoas, na década de 70, convidados pelo governo do estado de São Paulo. Importante ser dito pois muitos aqui são também descendentes de nordestinos, mineiros e paranaenses, que vieram a convite do Governo do Estado de São Paulo para trabalhar nas indústrias crescentes de Santo Amaro e do Grande ABC. Então, isso a gente tem a formação sócio da diversidade social, étnica social da região. E, claro, isso tudo a gente sabe, muita gente diferente, vindo de lugares diferentes, tem sempre conflito, sobretudo de terra, quem veio por último, pegou as piores terras, as terras mais caras, as terras menores. Quem veio primeiro, pegou as maiores terras, as terras mais valiosas. Então, isso é importante a gente entender como que é a estrutura fundiária da região. Então aqui algumas fotos de como era aqui (som ininteligível) nos anos 20, aqui a terra indígena (som ininteligível). Represa Guarapiranga que foi construída para, inicialmente, a geração de energia. Depois, na década de 50,

para o abastecimento público de água. E a Represa Billings, que foi feita no final dos anos 20, já para a produção de energia. E depois, nos anos 70, para o abastecimento de água. Então, a estrutura fundiária agora da floresta municipal, a gente já tem imóveis municipais, a gente já tem imóveis que foram adquiridos por desapropriação. Desapropriação significa compra. Viu, pessoal? Quando você vê essa palavra lá, a prefeitura está desapropriando, significa a prefeitura está comprando. É sinuando vou adicionar, que integram também o sistema viário e propriedades públicas do estado que estava sob gestão da EMAE e tem um termo que passou essa gestão, essa posse desses imóveis para o Secretaria do Verde implantar parques e unidades de conservação. Aqui a estrutura, veja, a gente já tem essa grande fazenda, inclusive, essa Agro Castanheiras, ela tem 147 hectares. Ela é maior que o Parque Ibirapuera, só a Fazenda Castanheiras é maior do que o Parque do Ibirapuera. A (som ininteligível) como toda a floresta municipal como um todo, ela tem 400 hectares, ou seja, três parques do Ibirapuera que serão instituídos como unidade de conservação aqui na região, só para essa unidade de conservação. Em meio da fisiografia, eu vou pedir para a Patrícia falar.

Patrícia Prado: Bom dia. Então, a gente vai falar um pouquinho agora sobre os elementos naturais que compõem essa área que vai empregar a floresta municipal. Então, aí tem alguns elementos da geologia local que são formados basicamente de sedimentos terciários da Bacia de São Paulo e rochas metamórficas (som ininteligível) da província da Mantiqueira e é uma estrutura que foi moldada basicamente de colinas e a gente tem a presença na região muito próxima da Cratera da Colônia, que é fruto do impacto de meteorito que aconteceu há mais ou menos 36 bilhões de anos atrás, conforme as pesquisas mais recentes que estão em andamento, inclusive. E aí a gente tem alguns aspectos da geomorfologia também, é um relevo suavemente ondulado e as (som ininteligível) estão entre 5% e 25%. Então, nós temos colinas, colinas médias e planícies e terraços baixos relacionados à presença da represa também dos corpos d'água da região. Pode passar. E aí alguns conceitos da vegetação dessa área que compõe a floresta municipal segundo o PMMA, no ano de 2017, a gente tem três formações de vegetação, a mata ombrófila densa, campos gerais e o bosque heterogêneo. Então a mata ombrófila densa está mais relacionada há uma vegetação nativa e os campos. E o bosque heterogêneo é essa estrutura mais diversificada de árvores, resultados também do reflorestamento que aconteceu nessa área. Então, boa parte da floresta, 42% dela, é formada de mata ombrófila densa a importância da conservação. Então, aí nós temos um mapa, quem quiser conferir essas informações com mais profundidade, tem um documento no site. Pode passar. E nós temos também um outro estudo, que é o mapeamento digital da cobertura vegetal do ano de 2020. Esse detalhou mais as fisionomias vegetais

no município e a gente dá para ter uma ideia também dessa área da floresta municipal. Então, boa parte da floresta municipal é composta por floresta mista, ou seja, vários tipos de formações vegetais. É cerca de 45% da área, a floresta ombrófila densa está mais relacionada à vegetação mais natural, em área de regeneração, que é 17% dessa área. E outras classes, florestas (som ininteligível), áreas com baixa cobertura arbórea e um pouco de agricultura. Pode passar, por favor. Aqui tem o quadro de resumo, mas eu já falei mais ou menos das porcentagens. E aqui o mapa da distribuição da vegetação. E lá na floresta, castanheiras, nessa propriedade que já foi adquirida, tem um histórico de manejo muito interessante, que eles conseguiram cultivar a palmeira-juçara junto com as espécies exóticas que foram introduzidas também para produção dentro das castanheiras. Então, assim, eles descobriram, fazendo manejo lá, que a Palmeira Juçara, ela se regenera naturalmente sob (som ininteligível) dessa árvore aqui, que se chama (som ininteligível), esqueci o sobrenome dela, mas basicamente, é o pinheiro da China, pinheiro chinês, um nome popular. E ela forma como se fosse um berço, a Serra pinheiro que ela acumula no solo, para a semente da palmeira-juçara germinar. Então, a gente tem os talhões de (som ininteligível) junto com a palmeira-juçara que é nativa. Então, é uma experiência muito interessante ajudar, ter estudos sobre a vegetação, o comportamento desse experimento que foi desenvolvido nas castanheiras. E eles começaram a produzir mesmo tipo sistemático desde a década de 70 e começaram a produzir mudas de palmeiras Juçara na década de 90, 92, pode passar. Bom, então lá nós temos a flora composta por espécies nativas como o pau-brasil, jacarandá, jatobá, palmeiras juçara, cambuci, e espécies exóticas também. Foram trazidas de outras regiões, de outros países, como o eucalipto, o pinheiro chinês e cedro japonês. E qual é a importância da conservação dessa área, gente? Isso são dados no Plano de Manejo da APA Bororé Colônia. Nós temos 237 espécies registradas na APA, que (som ininteligível) a fazenda Castanheiras e 16 que estão ameaçadas de extinção nessa área. E 12 espécies endêmicas, ou seja, da região, nativas da região. Espécies que ocorrem na mata Atlântica, incluindo dois mamíferos e espécies ameaçadas de extinção. Pode passar, por favor. Então, aí nós temos alguns mamíferos que nós já conhecemos registros na área, preguiça de três dedos, cachorro-do-mato, quati, (som ininteligível), aves como alma-de-gato, tangará, (som ininteligível) da Mata Atlântica, choquinha de garganta pintada, tucano de bico verde. Com certeza já devem ter avistado por aí, na região, esses pássaros. Peixes também, (som ininteligível) que carecem de estudos, por conta dos corpos d'água e da presença da represa. Petra, sardinha-branca, (som ininteligível). E anfíbios e répteis também. Tem duas espécies de anfíbios e oito espécies de répteis. Pode passar. Bom, e a gente tem algumas ameaças e alguns desafios, que é a perda do habitat devido à expansão urbana e do desmatamento que

ocorre diariamente, a fragmentação que impacta a fauna, principalmente, e algumas atitudes que envolvem caça que ameaçam essa fauna. Pode passar. E, para finalizar aí, a importância da Fazenda Castanheira, principalmente para a conservação, para essa área de preservação (som ininteligível). E ela pode funcionar como um lugar de soltura de animais silvestres. É um modelo de pesquisa, a gente já tem uma experiência de manejo aí do Juçara, que deu certo. A gente pode ter uma produção sustentável de palmito e de outros produtos também, não só de palmito, como madeira, frutas e de monitoramento dos corredores ecológicos regionais. Tudo isso vai estar conectado. Ela está na área de conexão e transição com outras partes. Então é basicamente isso, pessoal. Muito obrigada pela atenção de todos.

Rodrigo Martins: Antes de passar para a segunda parte, se alguém quiser fazer algum comentário, alguma pergunta, está aberto, a gente pode abrir para uma sessão de perguntas. Tem quatro, eu acho que é legal abrir um bloco, porque senão a gente não entra no outro ponto. Então a gente (som ininteligível), todo mundo que quer perguntar. Vocês fazem o seu comentário, a gente esclarece. Pessoal, três minutos no máximo, senão a gente não consegue entrar no ponto que eu acho que é o mais importante do dia. Pode vir aqui na frente.

Participante não identificado: Bom dia a todos e a todas. Eu sou (som ininteligível), aqui na Ponte Alta. Estou muito animado e feliz por isso que está acontecendo, acho que é uma oportunidade maravilhosa. Queria fazer alguns comentários e algumas perguntas. Primeiro comentário. Você falou na sua apresentação que a desapropriação é pagamento para o proprietário. Muitas vezes o proprietário, uma pessoa que mora, não é o proprietário com o documento. Então, a gente pode ter a situação de ter uma pessoa que mora 20, 30 anos e não tem documento, ele vai ser desapropriado. Talvez quem tem documento e vendeu há muito tempo, ele vai receber. Dentro dessa área e de outras áreas que estão sendo desapropriadas, eu tenho muitas áreas abertas passíveis de serem desenvolvidas atividades compatíveis com a (som ininteligível). Então, aqui você apresentou como uma floresta municipal. Dentro dessa área e em outras áreas, como grandes áreas abertas que têm cultivo tradicional de alguma coisa agrícola, (som ininteligível) sendo feito em vez de uma floresta municipal, vamos fazer uma reserva de desenvolvimento sustentável. Qual é a diferença? Uma floresta municipal é gerida pela Secretaria do Verde e ela vai desenvolver atividades de pesquisa, desenvolver atividades de exploração, fazer parcerias. Uma reserva de desenvolvimento sustentável, ela é cogerida pela comunidade que pode explorar economicamente de forma sustentável a área. E essa fazenda em especial já tem uma estrutura. (Som ininteligível) eu sugeri a comunidade, junto com a Secretaria

do Verde, mas ela teria uma possibilidade de geração de venda de forma mais estruturada e desenvolvimento de outras atividades que estariam à frente do processo de gestão. Então, eu acho que isso é uma coisa que eu acho que seria bem importante.

Rodrigo Martins: Obrigado. Eu acho que você já entrou no segundo ponto. Inclusive, a gente pode falar mais na próxima apresentação. Você pode vir aqui, por favor? Se apresente.

Kimberly: Bom dia a todos. Meu nome é Kimberly. Sou moradora do Ibura. E a dúvida é em relação à ocupação e às permissões de exploração dessas áreas. Quem vai ter essas permissões? Vai ser através de editais? Por quanto tempo essas permissões vão acontecer? E quais as medidas para que a comunidade possa se organizar e ser o protagonista dessa sessão?

Rodrigo Martins: Ótima pergunta. Aqui tinha um rapaz aí. É o senhor, pode vir.

Chicão: Bom, bom dia. Eu sou o professor Chicão. Quero agradecer a explanação do Rodrigo que foi sensacional como professor e foi maravilhosa, historicamente. Eu acredito e tenho certeza de que aqui nós temos dois grupos. Um grupo que está adorando porque enganaram ele no começo e ele comprou um sítio. Compra um sítio para você descansar. Você viu que o mato cresce e o mato cai e você tem que cuidar. É essencial a construção do parque. É essencial a conservação de tudo. Porque nós estamos vendo que a água está saindo embora. A mata está indo embora. O machado e a serra estão comendo na nossa região. Muita gente aqui tem (som ininteligível) e está agradecendo. Só que tem muitos que a gente tem que ver o manejo, ver como fazer a divisão. Porque o importante é a água e a mata. Isso é o mais importante e o mais importante ainda, o ser humano dentro dessa área. Um projeto de educação ambiental desde os pequeninhos é uma matéria obrigatória nas escolas para entender o que é cuidar da mata. Porque nós que temos mais de 60, a gente está no regressivo, na expectativa de vida dos 76 e 79 para as mulheres. Agora os pequeninhos, eles vão viver 70 anos no sofrimento, então precisamos ver isso. Então muitos vão vender e vão agradecer, vão comprar um sítio menor ou vão para outro estado ou outros países, beleza. Agora tem uma coisa, precisamos verificar que alguém já mora ali. Como fazer para verificar ali? Porque, na verdade, eu estou aqui querendo chorar, querendo fazer (som ininteligível). Porque quando eu fui enganado de comprar um sítio para descansar, eu vi que eu trabalhei muito para ter. São 12 anos numa área. E transformou em um sonho. Um sonho é ter um sítio. Um sonho é ter um lugar de descanso. Tudo bem que eles vão pagar. Mas eu não comprei a minha área para

exploração (som ininteligível). Eu comprei para ter o meu descanso. E como fazer? Eles não vão comprar o meu sonho. Então tem que existir um jeito da gente trabalhar esse lado, o lado natural e, principalmente, o lado do ser humano dentro da área. Não adianta o meio ambiente sem o ser humano.

Rodrigo Martins: (Som ininteligível). A senhora pode vir aqui por gentileza?

Vanda: Bom dia, boa tarde. Meu nome é Vanda. Eu gostaria de saber, eu moro na Ponte Alta, no Sul de Lopes, Ponte Alta, certo? Eu gostaria de saber (som ininteligível) desapropriação ou não. Na minha dúvida, os documentos que estamos (som ininteligível).

Rodrigo Martins: Obrigado Dona Vanda. (Som ininteligível).

Aparecida: Bom dia a todos. Meu nome é Aparecida. Eu vim saber a pergunta, né? A curiosidade de todo mundo aí. Se o nosso lugar, é bastante desapropriado, né? Então, assim, se é algo importante do ambiente aí, a gente fica nessa expectativa da esperança de saber o que vai acontecer, o que a gente vai fazer. Então, eu tenho preocupação, sim, com o meio ambiente e tudo eu quero envolver também os meus alunos. Eu sou professora da região de Parelheiros. Então, eu tenho sempre a buscar e mostrar tudo que é bom para eles também. Eu espero que um dia eu possa passar isso para eles e vocês me ajudarem. Eu tenho 53 anos e estou no caminho da aposentadoria. Se Deus quiser vou conseguir e mostrar para os pequenos.

Rodrigo Martins: Está ótimo, Aparecida. Muito obrigado. Também a segunda questão. Bem, tem gente que está levantando a mão agora, eu não vou mais chamar. Eu só vou chamar quem for falar da floresta municipal. Essas perguntas que estão sendo feitas aqui, muitas, são da segunda apresentação. E muitas respostas que vocês trouxeram aqui nas perguntas estão na segunda apresentação. Então, alguém quer falar ainda da floresta municipal Fazenda Castanheiras, dessa floresta. Se não puder, a gente vai abrir um novo bloco para falar das outras áreas. Roberto Carlos, por gentileza, quer falar dessa? Então venha, por gentileza. Não, esse não tinha, ele na segunda. Ele não tinha pedido ainda. Porque senão eu não vou conseguir apresentar o projeto de desapropriação que vocês estão esperando, pessoal. Pode usar o microfone então.

Roberto Carlos: Vamos. Bom dia a todos e a todas. Eu sou Roberto Carlos, proprietário aqui de um sítio, de um empreendimento, uma pousada onde a gente

recebe turistas (som ininteligível) polo lá no Ponte Alta há 35 anos, trazendo as pessoas para ter essa experiência na mata e principalmente gerando renda aqui no nosso território. Antes do meu comentário, Rodrigo, eu queria registrar o seguinte, a minha participação como ambientalista, preservar as águas, a mata, que esse é o meu trabalho. Eu sou da época, Anita, que a Secretaria do Verde da nossa cidade era uma zeladoria do Parque Ibirapuera e não passava disso. E hoje a gente vê o quanto que essa secretaria cresceu, o quanto que ela é importante para a nossa cidade e manter as áreas verdes. E é por isso que eu proclamo, por isso que eu peço, porque a Anita, eu queria que você ficasse em pé, por gentileza. Porque a Anita está desde aquele início, quando a gente construiu a APA Capivari Monos, liderando uma equipe que pensa na cidade e pensa nas pessoas, numa cidade melhor, mais respirável, com menos poluição e que a gente possa usufruir dentro da nossa cidade. (Som ininteligível) uma grande salva de palma, para a Anita e toda a sua equipe, (som ininteligível). Parabéns. Porque se não fosse eles, junto conosco, no nosso dia a dia, se não fosse a construção APA Capivari Monos, se não fosse a construção da APA Bororé Colônia, não existiria Mata nenhuma. O sonho do professor Chicão já tinha ido para o brejo. Não teria um pedaço de terra com cobertura vegetal para a gente comprar e passar a nossa aposentadoria, como o professor Chicão falou. Mas qual é o comentário sobre esse projeto que eu quero fazer da Floresta Municipal? E aqui, Chicão, professor Chicão, eu coloco o seguinte. Tem as propriedades, tem a mata, a gente precisa preservar, sim, para um bem maior da humanidade de nós que moramos aqui, mas ela pensa naquele cidadão que nós sempre pensamos nele, dessas políticas públicas, naquele cidadão que não tem um pedaço de terra, que não tem um sítio, e que ele está distante dos grandes empregos, principalmente a nossa juventude. Então, quando a gente potencializou, através das APAS, a agricultura, o sampa mais rural, quando a gente potencializou, através das APAS, a política hoje no polo de ecoturismo, de Parelheiros na cidade de Bororé, nós pensamos nessas pessoas. Nessas pessoas que caminham, que estão lá no (som ininteligível), que estão lá no final (som ininteligível) e que caminham. Além de caminhar para pegar os ônibus, depois, uma longa distância para ir atrás de um emprego. Então, o que esse projeto das Florestas Municipais nos traz e coloca em perspectiva da fala do Rodrigo, isso está escrito, isso é lei, isso vai acontecer, é um som de (som ininteligível). De fato, essa área nossa rural, aqui em Parelheiros, ela seja, de fato, rural, porque a gente ingere renda e emprego através da exploração da agrofloresta. Então nós temos a plantação de hortaliças, nós temos as fazendas das plantas ornamentais e agora nós temos a grande possibilidade com as florestas municipais da geração de renda com os produtos que a floresta nos dá. Porque hoje, Anita, ainda hoje as pessoas entram nessas propriedades que não tem uma vigilância, que não tem uma fiscalização, que o proprietário não está ali,

para roubar uma planta natural. Por exemplo, a bromélia, ela é recolhida a 5 reais aqui no interior da nossa mata e você vai nas lojas de (som ininteligível), essa mesma bromélia vale 150 reais. Então nós vamos acabar com isso, com as florestas municipais. Nós vamos gerar renda, nós vamos gerar emprego para as pessoas que aqui moram, as pessoas que aqui gostam, as pessoas que amam estar numa área verde. E nós vamos fazer isso, permanecendo (som ininteligível) aqui, trabalhando aqui perto de casa e tendo uma vida sustentável. Porque onde há miséria, onde há pobreza, onde o IDH é baixo, não existe natureza, ela vai abaixo. Então vamos elevar o nível de qualidade de vida dessas pessoas com empregos decentes. E aí tem os representantes, para finalizar, os representantes do movimento de uma universidade, o Instituto Federal, aqui para a nossa região. Então eu peço a esses colegas que colocam em pauta a gente trazer o Instituto Federal com cursos voltados para a nossa vocação natural de natureza, mas que o campus seja feito dentro do território de Parelheiros. Não deixe que o negócio fique longe das terras onde a gente trabalha com agricultura e com agrofloresta. Obrigado e parabéns.

Participante não identificado: Bom dia a todos. Bom dia, Rodrigo, Anita. Bom dia a todos vocês, Maurício, Ricardo, eu tenho o prazer de estar aqui com vocês. Eu sou representante da sociedade civil. Eu atuo aqui em Parelheiros, junto aos (som ininteligível). E acompanho sempre e faço parte dos conselhos daqui de meio ambiente, dos conselhos das APAS, Bororé Colônia, Capivari Monos, dos parques naturais, participam de dois hoje. E acompanhei durante todo esse processo essas áreas protegidas, que chamamos de UCs, com muita atenção, porque fazem parte da área de proteção daqui, desse território, que é um território precioso para São Paulo e para todas as cidades vizinhas. E qual é a maior importância dela? A biodiversidade e são as pessoas que moram aqui. E nós temos que ter atenção para que isso ocorra de uma maneira que se una essas duas finalidades para que a gente tenha um equilíbrio e conserte a nossa área verde, as nossas áreas protegidas. O meu recado hoje aqui é para dizer que nós devemos, quando sociedade civil, participar dos projetos e quando houver as pesquisas, quando houver os chamados, quando houver, nós vamos fazer também, participar do manejo da floresta, assim como nós já participamos da construção do plano de manejo das APAs e dos conselhos dos parques. É muito importante nós marcamos presença como sociedade civil, quanto civis, que a gente possa estar opinando, que a gente possa estar protegendo a área que moramos, que a área que nos sustentam. Então, eu faço um apelo como conselheira dessas unidades de conservação, que vocês estejam presentes, assim como eu, para que a gente possa opinar e acertar, porque quem mora é quem acerta. Quem mora é quem decide, quem mora é quem dá sugestões, e traz

para a realidade o melhor. Então, é esse o meu posicionamento. Eu gostaria muito de encontrar vocês, porque eu também quero fazer parte dessa unidade de conservação, que é uma floresta municipal, e quero, sim, opinar por tudo que vamos decidir que ocorrerá nela. Obrigada.

Participante não identificado: Bom, agora a gente vai passar para a segunda pauta da reunião, que é a atualização das áreas destinadas para criação de parques e unidades de conservação.

Rodrigo Martins: Tem uma pergunta aqui que tem a ver com um outro tema, que eu vou só responder. Tem um palio preto, polo preto DKS1F73, que está atrapalhando a saída da ambulância da UPA. Eu vou repetir o nome da placa. O senhor já viu lá, o polo preto DKS1F73, por gentileza, só faz lá a manobra para poder passar a ambulância. Bem, nós tivemos aqui, pelo menos, duas perguntas que foram relativas à floresta municipal. Não, deixa aí por enquanto, não tira não. Eu vou explicar para ela, por favor. Não, está tudo aí no ponto. Então, ela falou sobre quem que vai fazer a gestão. Então, isso foi colocado aqui do colega ali também. Então, plano de manejo pode ser, viu? Então, tem que ser construído esse plano de manejo junto, não está nada definido, não é possível. O Sistema Nacional de Unidade de Conservação, eu acho que uma coisa que tem que ser dita aqui, que estão confundindo uma unidade de conservação com uma área de exploração predatória. A área de exploração predatória é uma fazenda qualquer. E uma floresta municipal, é uma unidade de conservação com regras. Ela não vai ser entregue para qualquer unidade para desmatar tudo e acabou. Isso não existe em nenhum modelo de unidade de conservação do Brasil dessa forma. Então, a unidade em São Paulo vai ter exemplo de gestão de unidade de conservação. Para o Brasil, todas temos plano de manejo e os planos de manejo que vão seguir, vão quitar a regra. É assim que funciona a cidade e é assim que vai continuar funcionando. Então, por isso, a importância de trabalhar na construção desse plano de manejo. Isso, ela vai ser instituída, eu recomendo acompanhar o conselho gestor da APA Bororé Colônia, e o conselho gestor do Parque Natural Bororé, que são vizinhos desta floresta. Enquanto ele não tem conselho, esses dois conselhos vão ajudar a ser um canal de comunicação entre o munícipe e o CADES local de Capela do Socorro, o CADES de Parelheiros podem também trazer sugestões. Mas vai ser criado um conselho para essa floresta municipal em breve. E quando isso for criado, vai ser convocado a sociedade para a construção do seu plano de manejo. Essa foi uma pergunta ligada à floresta municipal e as outras propostas sobretudo das DUC's (som ininteligível) Aí mudar é só no plano diretor. Aí tem que ser uma revisão do plano diretor, que é uma lei municipal. Essa

categoria vai ter a opção, a oportunidade de rediscutir categorias na mudança do plano diretor, é o momento, de mudar a categoria do plano diretor. Exceto se tem lá uma unidade que é o Parque de Conservação, que ela migra ali entre parque urbano e parque natural, dependendo das características que forem identificadas no futuro. Porque já é um parque. Agora, mudar de uma floresta para uma RVS, só para dar um exemplo, uma RVS precisa ter entrega de títulos para as pessoas também morarem. É uma forma de reforma agrária, inclusive. Esse tipo de categoria precisa ter comunidade tradicional. E São Paulo é a única comunidade tradicional reconhecida nos povos indígenas. Se a gente conseguir fazer uma outra ser reconhecida, que é possível, a gente sabe que a comunidade é a colônia de pescadores da Billings, que são possíveis comunidades tradicionais. Talvez tenha comunidades caboclo, parelheiros, antigos, descendentes dos antigos moradores do século XVII, XVIII. A gente sabe que tem aqui na região desse Parque Araguava, tem uma comunidade ali que é bem antiga, tem mais de 200 anos de olaria lá no Araguava, então tem algumas comunidades que são muito antigas, essas que podem até entrar como o povo tradicional. Agora, pessoas, comunidades que vieram há 10, 20, 30 anos. Até talvez a colônia dos alemães é possível até trabalhar com a comunidade tradicional como é em alguns estados, alguns grupos de imigrantes com mais de 100 anos. Mas fora isso, é difícil, essa categoria foi criada para isso. A gente pode até pensar outras categorias no plano diretor da cidade, porque, com certeza, a implantação do projeto não vai se esgotar neste ano e nem no ano que vem. Então, a gente vai começar a próxima, que é a que todo mundo está esperando, inclusive, teve um senhor que ficou até exaltado, a gente vai falar agora sobre o projeto da São Paulo Capital Verde, que está comprando terras na região e muita gente quer saber se a terra está dentro, está fora, se vai ser comprado ou se não vai. Uma coisa que eu falo para todo mundo, pessoal, sem ansiedades, porque se a prefeitura não visitou vocês, a prefeitura não visitou vocês, pode ser que nunca vai acontecer. Às vezes vem uma rede de gente fulano, fulano. A prefeitura vai ter que um dia visitar, como é típico da prefeitura, contratada, que depois eu posso apresentar que está fazendo o levantamento em algumas áreas. E se não for visitar vocês, não vai nunca a prefeitura comprar essa terra, não vai chegar lá. Então, se ela não passou por lá, e mesmo depois que ela passar, tem todo um procedimento complexo de diálogo da prefeitura com as pessoas que estão morando no local. Então, a gente não precisa antecipar o sofrimento. Às vezes, a prefeitura nunca vai passar da sua propriedade. Os decretos, eles estão desde 2006. Eles só estão sendo revisados. O pessoal não começou agora. Talvez vocês nem sabiam que já tinha um decreto lá. Dentro do ano de 2006, esses decretos, ele é um projeto da prefeitura antiga, não começou agora. Ele só vai sendo renovado porque um dia a prefeitura tem que cumprir o seu plano diretor. Isso que é uma coisa, não começou de agora,

daqui a 5 anos ele vai ser renovado de novo, se não for concluído, porque está no plano diretor, é o plano da cidade de conservação, mas a gente vai conversar melhor, eu acho que era bom vocês pelo menos verem algumas apresentações para algumas dúvidas de vocês que vocês trouxeram talvez estejam aqui, né, e a gente vê o problema específico. Inclusive, você pode continuar comercializando, vendendo. É normal a vida. Não tem o que mudar se tem um decreto de cidade pública. A cidade inteira continua da mesma forma. O Terreno pode ser vendido, pode ser comprado, pode ser construído. Tudo, claro, aprovado, mesmo sem decreto. Mesmo quem não está em decreto, se fizer uma construção sem aprovação, está fazendo um ato ilegal e pode tomar uma multa da prefeitura. Não é porque tem DUP que eu não vou construir ou vou construir no próximo. A cidade continua igual. A DUP nada mais é do que um aviso que a prefeitura tem interesse de comprar. Mas não significa que você não pode continuar vendendo para outro, para outro, para outro, construindo. Se quer desmatar, tem que estar aprovado o manejo, para um corte, porque se a polícia pega um desmatamento ilegal, vai tomar uma multa. Às vezes pode até tomar uma prisão, dependendo da gravidade da situação. Então pessoal, o projeto São Paulo Capital Verde, clica lá no YouTube para a gente ver o vídeo. Não tem áudio, né? Vou botar aqui. Dá para ligar. Deixa-me ver se é aqui. Aqui. Ele tem que conectar, ele não está saindo do som. Então só passa aí, a gente vê, vai ter uma legenda. Bem, esse é o vídeo explicativo, que está disponível no YouTube, quem quiser colocar lá São Paulo Capital Verde. Então, atualmente aqui, São Paulo tem 1.500 quilômetros quadrados, 15% deles já é protegido diretamente. 3% são parques e unidades de conservação municipais, sem contar as APAS, que não exigem desapropriações, 12% são parques estaduais e terras indígenas, que é federal. Então, aqui, 15% de áreas protegidas da cidade. (Som ininteligível) do município são os decretos de utilidade pública, de que dá aproximadamente 172 quilômetros quadrados. Então, em toda a região, toda a cidade tem Zona Norte, Zona Leste, Zona Sul, Zona Oeste, 15% da cidade passaria a ter 26% de seu território sob proteção, sendo metade disso em parques e unidades municipais. Então, de 3 passaria para quase 14% da cidade de unidades municipais. Ou seja, $\frac{1}{4}$ da cidade vai estar sob proteção direta. Pode passar? A vegetação nativa de São Paulo, São Paulo tem aproximadamente 500 quilômetros quadrados de vegetação nativa é um terço da cidade, é o arco nativo, vegetação nativa, 200 quilômetros quadrados estão sob proteção direta, ou seja, 38% que é dentro desses parques e UCs municipais, 50 quilômetros, 150 parques estaduais e terras indígenas. Com as novas DUPs, 172 quilômetros de vegetação nativa será protegida a mais, que é o tamanho maior que a cidade de Paris, como a gente viu no vídeo, ou seja, 38% da vegetação nativa. Você vê que a gente está sempre falando aqui, vegetação nativa, ninguém está falando casa de pessoas, ninguém está falando nisso aqui. O projeto não

visa tirar casa das pessoas, visa proteger a floresta. Então, isso é importante ser dito aqui, ninguém vai chegar lá e falar, pessoal, sai daqui agora. Não, se a área é floresta, inclusive, pode ser desmembrada. A parte que a pessoa mora vai ficar na frente e a parte da floresta vira da prefeitura. Então, tudo isso vai acontecer na negociação depois que a equipe visitar o terreiro, oferecer o valor. (Som ininteligível). Essa é a negociação que a prefeitura vai traçar com vocês depois da visita, não adianta também falar, dá para mandar uma visita aqui? Isso já não é o que é possível a gente estabelecer. Já tem já algumas que estão sendo feitas e aí tem o plano que será feito e executado em até cinco anos. Se não visitado em até cinco anos e o decreto, se não for republicado, acabou. Mas provavelmente ele será republicado até o dia que alguém visitar a área. E não é toda a cidade, viu pessoal? Tem algumas áreas específicas. Então a gente está vendo aqui que o foco do projeto é vegetação nativa, não é agricultura, não é casa de ninguém. É vegetação nativa. Equivalente essa área aí de 3/4 que será protegida é equivalente também a cidades de Bogotá e de Burgo, várias cidades aí têm esse tamanho. O restante da vegetação nativa, ou seja, os outros 138 quilômetros, se mantém propriedades privadas. Onde a gente tem o programa de PSA, de pagamento de serviço ambiental, então muitos vão poder, a gente tem aqui presente pessoas que recebem da prefeitura para proteger a área, e temos também o programa de RPPNs, então, o programa existe desde 2018. Isso é uma das condições que, se a gente tem casos específicos, sobretudo na floresta Castanheiras, o cidadão falou, eu não quero que a minha propriedade seja vendida. Então, o senhor reconhece como RPPN que ela não será comprada, ele fez e reconheceu como RPPN, é um processo que está capitando, provavelmente será reconhecido. A única coisa é que a prefeitura precisa ter garantias de que você não vai lotear isso aí no futuro. O grande problema aqui da região são os loteamentos clandestinos. Eu acho que quem tem medo desse projeto é quem tem plano de fazer um loteamento clandestino. E isso a prefeitura combaterá. E o combate é comprando as terras, é uma forma de combate, você não vai lotear mais. Então você vai fazer o RPPN aí, porque vai que você não tem amanhã. Então a gente precisa ter uma garantia de que essas áreas tenham as florestas que vão manter o clima no mínimo igual a esse que está aqui, pessoal, porque o clima vai ficar cada vez mais quente. E isso é o que para todas as pesquisas científicas... Ah, mas isso não existe de mudança climática. Então, meu caro, cai na real, a mudança climática é uma realidade e se a gente não se preparar, isso aqui vai virar um caldeirão muito pior do que está hoje. Vamos passar para a próxima. Então, o que é o foco da desapropriação, pessoal? Florestas e vegetação nativa, não está escrito aqui agricultura, não está escrito casa de ninguém aqui. O projeto não visa comprar a casa das pessoas, não visa comprar a agricultura das pessoas. Pode ser que um caso ou outro aconteça, lá que ela

está isolada, lá no meio da mata, e aí vai ser uma negociação que a prefeitura vai traçar. Não é, ah, não, toda minha área aqui, não, não é isso, pessoal. Quem está dizendo isso para vocês está passando notícias falsas, isso não é um projeto da prefeitura comprar agricultura, não é um projeto da prefeitura comprar casa de ninguém. O projeto é comprar florestas e vegetação nativa para protegê-las. Inclusive, pode dividir o terreno, a prefeitura foca a parte da floresta e a pessoa continua com a parte que mora, que vive, que produz, porque a gente precisa também de alimentos na cidade. Em São Paulo tem muitos projetos como o Sampa Mais Rural (som ininteligível), o PSA, para fomentar a alimentação saudável e ecológica na cidade. Então, São Paulo tem projetos para valorizar o agricultor e ele não vai prejudicar esses projetos pelo contrário, a gente vai fazer com que as áreas de mata não se percam e as áreas de agricultura sejam mais valorizadas. Então, áreas de preservação permanente, áreas que já não podem ser ocupadas por lei, porque essas são as principais produtoras de água da cidade, são as nascentes, quem quiser prestar atenção pode fazer mais silêncio. Também, terrenos abandonados, que a gente sabe que tem terrenos abandonados, que vem um espertinho, viu mato naquele aquele terreno, ninguém aparece há muitos anos. Aí ele vai lá e faz um barraquinho, vai lá e toma conta daquele terreno, que é o terreno que é seu, é de todos nós, esse terreno. São terras devolutas, terras abandonadas, terras sem títulos, terras que não foram apropriadas. Essa cidade vai pegar e vai construir uma unidade de conservação ali, porque a função dela é ela se manter daquele jeito. Não é ninguém ir lá e construir uma (som ininteligível), e depois lotear e vender como sítio. E isso pode ter acontecido no passado, vocês sabem disso. E a gente que é cidadão, todos nós sabemos que é importante que aqueles locais sejam para todos, e não para um espertinho ir lá e ganhar com isso. A prefeitura está pensando nos munícipes, nos seus filhos, nos seus netos, não naquele cidadão que tem o pensamento fechado, egoísta, que ele vai se dar bem. Todo mundo tem que se dar bem junto, e áreas que estão sendo ameaçados no desmatamento. A gente sabe que tem um, por exemplo, tem uma família está lá (som ininteligível) oferece alguma coisa, faz uma segurança, ameaça as pessoas, ameaça de morte, tira as pessoas daquele local e faz um loteamento clandestino. E a gente sabe que isso acontece na nossa região. Quem é daqui sabe que isso é presente, e a ideia do projeto é evitar que isso continue. É combater o crime organizado que acontece na nossa região. Então, o que não poderá ser desapropriado, sobretudo, as reservas particulares do patrimônio natural. Então, a pessoa está lá quer manter o seu sítio? Quer manter a sua floresta também? Ah não, não quero nem perder a parte da floresta, quero manter o meu sítio. Então vocês vão lá e falam, ó, eu peço que vire uma reserva particular do patrimônio natural. É uma unidade de conservação particular daquela pessoa, ele vai ser o dono daquela unidade, ele vai dizer quem

entra, ele vai dizer quem sai e ele vai, inclusive, ganhar recursos da prefeitura para fazer manejo, gestão, cercamento, visitação, pesquisa, desenvolvimento de algum tipo de negócio naquela propriedade se ele solicitar a criação de uma reserva particular do patrimônio natural. Ele fazer tudo isso, a prefeitura só não vai comprar. Porque é uma garantia que ele tem a responsabilidade. A gente viu que ele não está só falando que não vai desmatar, ele foi lá e se comprometeu a não desmatar. E isso é importante você fazer na frente da prefeitura. Uma coisa é não desmatar, (som ininteligível). Uma coisa é quando você vai lá e fala que não pode desmatar, e a prefeitura não compra, chegou aqui ontem mesmo, fizeram o loteamento, desmataram tudo. Bem, o resumo, como é que está o projeto hoje. Hoje, pessoal, são 50 DUPs na cidade inteira, quatro já foram concluídas, a desapropriação total, duas estamos em desapropriação parcial, as concluídas que a gente pode dizer, o Parque Natural Cabeceira de Aricanduva, a fonte do (som ininteligível). Parcial, já está acontecendo na Fazenda Castanheiras, já a metade (som ininteligível). E lá, alguém aqui é lá da região da Fazenda Castanheiras, lá, foi afetado pela (som ininteligível). Então, se não foi, não vai ser. Exato. Se não foi, já todos os proprietários foram afetados, só mata, não pegou casa de ninguém ali. Inclusive, das casas que tinham, eles chegaram e disseram que não queriam casa de ninguém. A prefeitura quer a Mata. E foram retiradas as casas das pessoas que foram afetadas pela Fazenda Castanheiras. Então, a gente teve já a emissão na posse, um foi por meio de emissão da posse, judicial, outro foi negociação direta com o Castanheira. A ajuizada, a gente tem 20. DUPs ajuizadas, 20 já estão em processo de compra, 20 (som ininteligível). Ou seja, metade do projeto já está dando, se você não foi afetado ainda, tem a outra metade, claro. Mas é bem provável que já passou na sua região ali e você nem percebeu. Não foi visitado pela prefeitura, e não vai ser mais, que a prefeitura já fechou o período e já iniciou a compra judicial. E 22 estão em estudo, seis estão em estudos agora, neste momento, que é o (som ininteligível). Então, quanto que já foi desapropriado, 232 hectares já foram comprados, o projeto todo são 17 mil hectares, já foram comprados 232. Parcial já tem 155, que inclui aqui a castanheira, então a gente tem um total de área desapropriada de 387 hectares. Quanto já foi gasto? É previsto no projeto um bilhão e trezentos reais para comprar imóveis, esse é o valor previsto que a Prefeitura planeja gastar para comprar terrenos. Quanto ela já gastou? (Som ininteligível). Quando já foi pago? Já foi pago R\$ 482 milhões. Exatamente. Então, de R\$ 1,3 bilhão, a prefeitura já gastou, já investiu R\$ 482 milhões, comprando terras e (som ininteligível) os proprietários, todos que eu acompanho (som ininteligível). Agora vamos lá nas áreas, que é isso que vocês querem saber, se vocês estão ou não. Meu senhor, vai chegar a hora do senhor falar, o senhor vai ser o primeiro, eu faço questão. O senhor vai ser o primeiro. (Som ininteligível) munícipe que está interessado e está bem interessado

saber se você está ou não afetado. Você vai entrar no site chamado GeoSampa. Então, pessoal, entra no site, entra no Google, escreve GeoSampa no Google e você vai abrir esse site que é o mapa digital da cidade de São Paulo, está vendo? Ele é o mapa oficial da cidade de São Paulo. E aí, vocês vão vir aqui, nessa coluna aqui, verde, abre o mais, parques e unidades de conservação. Aí tem, parques e unidades de conservação, clica aqui. Aqui, acompanha meu dedo. Aí você clica na legenda, esse colorido aqui, vai abrir um quadrinho. Isso, pessoal. Esse é o perímetro das áreas, das chamadas DUPs. Se você não está atentado aí, pode ficar tranquilo que a prefeitura não vai visitá-lo para comprar seu terreno, (som ininteligível). Agora, esses que estão em cinza também são os locais que eu vou pedir para vocês verem em casa. Não vai dar para a gente fazer aqui uma consulta individual de cada um. Vocês podem ver em casa se está. Mas isso por quê? Isso seria uma dúvida mais pessoal, porque a garantia, mesmo estando aí, pessoal, só para vocês terem ideia, esses desenhos, a maioria deles, sobretudo 90% deles, existem desde 2006, como decreto de utilidade pública. Desde 2006, a prefeitura só foi renovando, ficou mais ou menos uns anos e renovou, porque é um plano antigo da cidade criar unidades de conservação e parques nessas áreas. Então não é porque foi DUP, que é DUP, (som ininteligível) Prefeitura visitá-la, pode ser que ela não vai, porque mesmo dentro de áreas de DUPs, pode ter áreas que não vão ser visitadas, porque a DUP é um perímetro muito genérico, onde depois é feito uma escala de maior detalhe, com a equipe de topografia, e aí vai ter a visita da equipe de topografia, que vai fazer a avaliação do seu terreno, e aí como fazem uma avaliação do seu terreno, a Prefeitura ainda pode falar, não, está muito caro, não estava assim na época da DUP, está muito diferente. A gente não vai manter no projeto. Então é isso. Eu já vou iniciar. A gente vai abrir aqui para as perguntas, eu vou pedir para o senhor ser o primeiro. Três minutos. E eu já vou responder algumas perguntas que foram colocadas aqui no começo. Primeiro, se está dentro ou não? Eu vou pedir para vocês, se está dentro ou não, vejam em casa, ou venham aqui (som ininteligível) o GeoSampa lá. E aí vocês consomem. Dá um exemplo aqui. Vem aqui aonde a gente está levantando na capela. Aqui, por exemplo, (som ininteligível) essa está sendo levantada, eu posso apresentar vocês, tudo bem? Só levanta a mão ali, o Charles e a Adriana, eles dois são da nossa equipe de topografia, de avaliação dos imóveis, que estão visitando vocês. Lembram? Como eu disse, eles estão visitando. Vocês chegaram a ver eles lá na sua casa, eles que foram lá? Sim. Então quem foi, aí sim já dá para a gente até conversar hoje. Agora, se vocês não foram visitados por esse pessoal, vocês não estão no projeto agora de compra dos imóveis. Por isso que às vezes o vizinho foi e você não foi. Então não foi, não foi, está bom. Não vai ser. Então peço para vocês, primeiro, verem no GeoSampa, se vocês estão dentro, e depois vocês podem saber, aqui tem um exemplo de uma RPPN (som ininteligível)

estava numa DUP, foi visitado pela topografia, e aí o proprietário falou, olha, eu quero continuar com o meu terreno. Ele foi lá e apresentou o pedido de RPPN, já aparece no mapa oficial, clica nele, está aqui, ó, em estudo, é o RPPN em estudo, o número do processo, em que o cidadão pode consultar e saber como que está o andamento de criação nessa RPPN. É isso que vocês, se forem afetados pela visita dos nossos topógrafos, vocês podem conversar com a prefeitura e falar, eu quero continuar, é só um tipo de RPPN, é até bom para vocês, é maior proteção também para o que é de vocês. Algumas outras perguntas, eu acho que então está bom. Pode passar aqui para o senhor. Fala o nome, por favor, três minutos.

Peter: Obrigado pela oportunidade, eu sou Peter (som ininteligível). Assim, eu acho que a minha dúvida é a dúvida da maioria e acredito também que a minha opinião é a opinião da maioria. Eu acredito que a prefeitura já decidiu o que vai fazer ou não e que a nossa opinião aqui não importa. O que eu queria saber é quais garantias nós aqui, proprietários do sítio, nas regiões que foram demarcadas, quais garantias nós temos que isso que o senhor disse vai acontecer. Se eu não quiser vender, a prefeitura não vai tomar. Se eu quiser preservar tal coisa, a prefeitura vai ouvir a minha opinião. Qual a garantia que eu tenho disso, porque a gente viu aqui, pelo menos eu vi vídeos aqui, em que a prefeitura veio, derrubou casas, idosos, e não se importou com ninguém.

Rodrigo Martins: Isso aí não faz parte do processo de desapropriação. A garantia, a garantia são essas aqui, pode colocar lá, é a RPPN, eu acabei de mostrar para você, essa é a garantia. Mostra lá a RPPN de novo, essa é a garantia. Esse é um documento oficial da cidade, tem um processo. Abre o processo, entra no SEI, eu vou mostrar para ele o documento. É isso que eu estou dizendo para o senhor, o senhor pode pedir para que o seu terreno vire mais uma RPPN. É muito simples o procedimento, o senhor só faz um pedido que tem um formulário, que você entrega para a prefeitura, e a prefeitura reconhece como RPPN o seu imóvel. E isso é garantia que ela não vai ser multada. Se você quiser solicitar com a RPPN, a prefeitura não vai desapropriar desse projeto, isso eu posso dizer para o senhor. O senhor não vai poder desmatar o terreno. O senhor faz isso lá, então o senhor vai continuar vivendo tranquilamente num imóvel reconhecido pela cidade pelo seu valor ecológico. Essa que é o grande título de uma RPPN. Além de o senhor poder utilizar o FEMA, que é o Fundo Municipal do Meio Ambiente, apresentar projetos para recursos para utilizar no seu imóvel. Então, esta é a grande garantia. Mas, o que eu recomendei, faça isso, pode fazer agora, se você quiser, mas se for visitado pela equipe de topografia. Esses que o senhor estava dizendo das áreas de desfazimento, isso não é desapropriação, pessoal. Isso que ele falou, tem áreas que a prefeitura está fazendo desfazimento de ocupação legal no

terreno que já é da prefeitura. Terreno que já é da prefeitura. Aí, imagina, o terreno é seu, invadiram o seu terreno, o que você vai fazer. O que o senhor vai fazer se invadirem seu terreno? O senhor vai deixar a pessoa lá, a cidade de São Paulo tem regras, tem leis que diz que se você invadiu o terreno da prefeitura, a prefeitura tem que fazer o desfazimento dessas ocupações. Tem várias leis, isso não é desapropriação. Desapropriação é compra. Isso, é o bem-estar da população. Você viu essas áreas. Não, isso não acontece, isso é fake News. Não é retirada ninguém das suas casas. Todos os esvaziamentos são das construções não habitadas. As construções habitadas são visitadas por assistentes sociais. Se alguém está difundindo uma ideia que tem crianças e idosos sendo retiradas das casas, isso é notícia falsa. Isso é notícia falsa. Não, não é retirar, ninguém retira, ninguém deixa a pessoa fora. Não, a senhora, então traga as provas aqui hoje. Isso, a senhora mostra. O que está acontecendo aqui na linha do trem, no Jardim Manacá, no Jardim Manacá, na linha do trem, é uma reintegração de posse administrativa sem retirada das pessoas das suas casas, porque tem gente lá. Se estivesse acontecendo a retirada de pessoas que estivessem morando, você vai lá agora e tem gente morando. Então, as casas que estão vazias são desfeitas após inspeção dos agentes municipais. Porque a gente sabe que tem muita construção, muito barraco que é feito para fingir uma situação, para depois ir lá e tomar o terreno da prefeitura. A prefeitura faz a inspeção pelos agentes municipais, registra, e verifica que aquele imóvel não está sendo utilizado como moradia. Agora, quando está, mas a gente está misturando as conversas, pessoal. Isso aí não é DUPs, isso aí não é desapropriação. Isso é, inclusive, pode vir aqui um dia aqui no Conselho gestor e falar da desocupação das áreas municipais, das áreas públicas. Então, não confunda, pessoal, hoje a pauta é desapropriação de imóveis particulares, não é ocupação de imóveis públicos. Então não dá para a gente falar mais desse tema hoje. A gente vai ter que marcar um dia e falar do processo de ocupação irregular dos terrenos da Prefeitura. Eu peço pra Maíra colocar na pauta a apresentação sobre a desocupação de terrenos públicos que é o projeto Regula Parques, que é a regularização fundiária dos Parques das Unidades de Conservação. Não é a pauta de hoje, a gente não está falando disso. A gente está falando, a gente está falando tem que esperar acabar, pessoal. Vai lá fora, senão não dá. É, vamos continuar aqui com as dúvidas. Então, eu só peço, se for falar do desfazimento das áreas públicas. A gente não vai tratar hoje, porque não é a pauta de hoje, a pauta de hoje é as DUPs. É a compra de terrenos particulares que não foram invadidos. As invasões das áreas públicas é outra pauta que nós podemos traçar aqui, talvez no mês que vem, na reunião do mês que vem. Porque daí a gente traz o material e traz as pessoas que podem esclarecer sobre isso.

Carlito: Bom dia, pessoal. Meu nome é Carlito. Eu ocupei um imóvel, recentemente, aqui (som ininteligível) paguei o documento, aí no mês passado, recebi a presença da Gabi disse que ia fazer um estudo sobre a área, que ia trazer drones para medir o espaço todo, e avaliar o imóvel. Só que é o seguinte, o do imóvel, eu dou um espaço bem alagadíssimo, é ornado com umas matas que não pertencem ao terreno, à propriedade, e do lado tem realmente a Mata Virgem. Aqui eu soube agora que se eu quiser beber aquele pedaço da Mata Virgem, tudo bem, eu posso (som ininteligível). Acontece que desde que a Gabi apareceu na propriedade, é um (som ininteligível) de informação, ninguém fala nada com nada. Você liga para a prefeitura, ó, é com a empresa lá, é com a Gabi. Você liga pra Gabi, aí o que acontece? Acontece isso aqui que vou mostrar para os senhores. Então, não está vindo aqui, então, eles falam, olha, não tem ninguém, a gente não pode atender no momento, e a gente vai ter uma resposta assim que possível. E isso não acontece, só que então aqui a gente está aqui assistindo o louvor, a versão dos fatos e não aos fatos, de fato. Entendeu? Então é uma coisa maluca, a gente fica sem entender, eu comprei o imóvel para morar lá, para aproveitar a minha velhice aqui junto com a minha esposa. E de repente a prefeitura chega lá com uma proposta maluca, pensando só em área verde. O pessoal não pensa que o Rio Tietê é água, que o Rio Pinheiro é água, que precisa ser cuidado, tem que vir aqui e tirar moradores que vivem aqui há 70 anos numa área aí ocupada e querem ter que tirar, expurgar. Puxa vida, então. A minha pergunta é essa eu terei o direito de manter a minha propriedade intacta? É essa daí.

Rodrigo Martins: O senhor tem o seu direito, como eu disse, o senhor pode solicitar o reconhecimento com a RPPN. A RPPN é exatamente isso para o senhor ficar lá. É uma garantia que o senhor vai continuar a sua velhice lá no local ecológico e confortável para o senhor. Então, a Prefeitura, ela está lá, inclusive, ela vai apresentar uma proposta de valor. Se o senhor quiser, a gente pode, inclusive, continuar a desapropriação, que é a compra, então, vai ser o senhor falar, não, eu gostaria de criar uma RPPN, reconhecer ela como uma reserva ecológica. E aí se ela virar uma reserva ecológica, o senhor continua lá. Exato, então o senhor é um grande candidato a ser uma RPPN, exatamente. Então, é isso que a gente quer, é isso que a prefeitura quer. Que o senhor continue desse jeito e valorizado, reconhecido pela prefeitura. Não abandonado. Não, a prefeitura está junto com o senhor, ajudando com recursos, ajudando com conhecimento técnico, para que o senhor não esteja sozinho nessa luta. Essa é a ideia da prefeitura. Aqui é um exemplo. Por exemplo, a área de agricultura foi (som ininteligível), a área de mata, aqui, tudo foi deixado. É só a área da floresta. Então, às vezes, é isso. Está visitando algum vizinho e não visita o seu. Por quê? Porque não entrou no projeto. Então, a área ecológica que foi, no momento que foi feito o

primeiro traçado, foi visto como área importante. Mas mesmo que for, como é o nome do senhor... Então, (som ininteligível) a gente já pode até, inclusive, iniciar o procedimento aqui e te explicar como que cria a RPPN lá do seu imóvel. Aí, como eu disse, tem várias já iniciando esse procedimento, que é uma forma do senhor garantir que o seu terreno fique com o senhor, que ninguém vá lá invadir e desmatar ele. Está bom?

Carlão: Bom dia a todos. Eu sou o Carlão (som ininteligível), faço parte do Conselho Gestor da APA, representando a Sociedade Civil, pela Associação Livradora da Chácara (som ininteligível). Eu fui procurado por diversas pessoas relacionadas a isso, inclusive, pertinente ao que o senhor falou. Pessoal, para anunciar um lugar e dar oportunidade para as pessoas falarem, eu estou à disposição, quem estiver lá no corredor (som ininteligível), já conversei com o Charles, e quem quiser orientação com criação de áreas de proteção permanente particulares, me procure, a gente monta um grupo, e a gente orienta vocês da maneira correta, tem muita fake news aí, porque são pessoas interessadas em até a gente desinformar vocês. Eu passo parte desse conselho desde 2015. Então, quem tiver com alguma dúvida, além do que não foi possível hoje, nós temos a Maira que é uma pessoa que está sempre disponível. E aí a gente fica à disposição. Depois que acabar alguém quiser pegar meu contato, eu vou ficar aqui de vocês, ok? Muito obrigado.

Rodrigo Martins: Então, como eu disse aqui ao colega Carlão, ele, por exemplo, ele pode ajudar aí a montar um grupo de pessoas que querem criar uma RPPN, reconhecer. Na verdade, é só ser reconhecido, a prefeitura reconhece, que não vai comprar o terreno e vocês continuam lá com a área protegida e com o apoio da prefeitura nessa proteção. Está bom. Pode falar.

Participante não identificado: Bom dia, pessoal. Só respondendo, meu amigo, aqui, a prefeitura, a sua prefeitura, funciona o seguinte, é igual o telefone do 156, serve para tudo, não resolve nada. A nossa subprefeitura é assim, que eu jamais vim aqui e tiver algum problema resolvido. Mas deixa isso para lá, isso é só hipocrisia. Só perguntando aqui, tudo bem, vão desmatar, o projeto é muito bom, é uma maravilha, isso aqui vai salvar o planeta, entendeu? Eu gostaria de saber o seguinte, vão desmatar, vão tirar os proprietários, alguns vão sair dos seus locais que vivem há 50, 60 anos. Eu gostaria de saber o seguinte, após isso daí, o que vai acontecer? Vão tirar os proprietários, vão largar lá para o pessoal invadir, fazer suas chácaras, fazer seus negócios de novo? Ou vai ter fiscalização? Nós vamos ter uma Guarda Ambiental que realmente vai agir, que não vai fazer hipocrisia? Nós vamos ter alguém lá para salvar os bichos? Porque hoje, se matar

um tatu, tem 50 anos de cadeia. Se você assassinar 200, você sai na audiência de custódia. Entendeu? Eu gostaria de saber sobre isso aí. O que é que o projeto aqui vai fazer para realmente manter o meio ambiente lá bom? Porque todos nós aqui temos certeza de que precisamos de um meio ambiente. O calor está aí, tá matando a nossa natureza aí. Mas é o seguinte, o que eles vão fazer? Ou vai ser mais uma ong aí que vai faturar bastante, a militância que vai levar bastante para (som ininteligível) nos jornais e falar que desapropriou. O meu amigo aqui falou que tem um bilhão e cem de alguma coisa. Eu ouvi em uma rádio aí que tem 700 milhões de dólares, (som ininteligível) pouco dinheiro aí. Um bilhão e pouco já é pouco dinheiro, você entendeu? Eu ouvi em uma rádio aí, a rádio que diz isso, não é fake news não, garanto. Então essa ong (som ininteligível) envolvida aqui e eu quero saber o seguinte, depois de eles desmatarem, os grandes empresários, vão montar lá suas pousadas, seus negócios para ganhar o seu dinheiro, e quem que eles vão colaborar com a população através disso daí? E se realmente o Rio Ribeirão lá, o Bororé Colônia, vai ser (som ininteligível)? Se a represa vai ter respeito? Ou é só para a militância aqui fazer um jeitinho que os seus vereadores, seus deputados caiam mais votos em seu gabinete. Desculpa se eu tiver sido arrogante aí, pessoal.

Rodrigo Martins: Bem, esse (som ininteligível) municipal, essa informação aí, se o senhor tiver alguma fonte, eu peço para o senhor passar para a gente. Não, o senhor vai ter que passar essa fonte, porque isso é uma denúncia. É uma denúncia, a gente precisa incluir isso no inquérito. Esse tipo de informação que o senhor está dizendo, muita informação a gente fala de qualquer jeito, e vai se fundindo informações falsas. Isso é um recurso do Tesouro Municipal, do munícipe que está pagando. IPTU, ISS, todas essas práticas aí estão sendo utilizadas. O que vai acontecer nessas áreas? Como a gente disse, vamos ser criados. Vocês conhecem as unidades de conservação que já estão criadas aqui, vocês conhecem o Parque Varginha? Conhecem o Parque Jaceguava? Conhecem o Parque Itaim? Conhecem o Parque do Bororé? Agora vocês vão conhecer a Floresta Castanheiras. São unidades protegidas pela Prefeitura de São Paulo, com vigilância, com demarcação e combate aos invasores. É isso que a prefeitura vai fazer, se alguém for lá e invadir o terreno municipal, vai ser retirado, porque a gente sabe que tem instituições que aproveitam do terreno que não comprou para fazer a grilagem desse terreno, o terreno que você pagou do seu bolso. Então, o que a Prefeitura vai fazer é criar unidades, preservar, e você vai poder visitar. E não vai tirar ninguém, inclusive, como eu disse, é pago. A pessoa não quer sair, quer ficar? Faz a RPPN, ele continua lá. Ah, não, eu quero, (som ininteligível). Eu quero que o meu terreno seja comprado. E o terreno foi

comprado. Então, isso pode acontecer aqui, pessoal. Vocês podem ter o terreno comprado ou não. É só solicitar o reconhecimento como RPPN.

Luiz: Bom dia, (som ininteligível) e tudo o que ele está dizendo, teoricamente, é muito bonito, na prática não. Eu estou em uma área de 42 mil m². Eu tenho 10 mil metros lá, cuido das nascentes, é conservado, não é desmatado, um lugar muito bonito. Inclusive, para os turistas. Só que ele disse que vai passar gente e tal, mentira, a Procuradoria da República, a Procuradoria da Prefeitura, me mandou uma carta de desapropriação para que eu recorresse aos juízes. E uma, o meio ambiente eu já tinha entrado com recurso e eles responderam maravilhosamente bem que nem ele. (Som ininteligível) você está tudo certo, pode ficar tranquilo se alguém for medir, também não vieram, me mandaram automaticamente para a procuradoria, no interesse que não era meu. De uma firma que tem lá chamada (som ininteligível), que eu descobri por acaso, que agora esse meu processo está no juiz. Já está no juízo, ainda estão precisando licitar. Então, tudo o que ele está dizendo, teoricamente, muito bonito, mas na prática é mentira, porque está acontecendo comigo. E eu provo, eu estou provando, eu tenho áudio do diretor do Meio Ambiente aqui, que disse que não estou (som ininteligível). Tem um grande guerreiro na minha frente, que foi comprado por uma rede importante do mercado, que não está no projeto, não dá para entender. Então, como eu posso (som ininteligível) juiz se eu não tive nem o direito, tive o direito de fazer a defesa do meio ambiente, depois de seis meses, eles vêm com essa conversa de um povo da procuradoria. Olha, não tem recurso. Num valor (som ininteligível), não é 10%, porque não consideraram o salão que eu tenho lá, não consideraram a preservação das nascentes, só em preservação de nascente ali, eu gastei mais de 200 mil reais. Só em preservação, tanto é que eu tenho algo que a água lá é puríssima, vai na represa, é puríssima. Então, tudo que ele está dizendo não está procedendo na prática, porque a Procuradoria da Prefeitura está vindo com o processo e com a (som ininteligível) em que você está sendo desapropriado. Isso é uma verdade que está acontecendo comigo, que eu concordo com o meu amigo, (som ininteligível). Então, esse negócio de vende terra e tal, eu mandei com a carta de esclarecimento (som ininteligível). A única defesa que eu teria era pedir a valorização. Eu tenho lá duas casas, tenho um salão, tenho um quarto, tenho piscina. Enfim, é um lugar de turismo, um lugar muito conhecido, que a maioria a gente conhece, porque ela foi muito famosa, chamada do recanto do coelho (som ininteligível). Então, tudo que está dizendo aqui, eu posso desmentir, não desmentindo o companheiro, não é essa a minha intenção. Entendeu? Então, o que eu estou dizendo é uma verdade absoluta. Então, nem esse negócio aqui, nem esse negócio que está dizendo (som ininteligível) eu não tinha conhecimento, para mim, é superinteressante. Porque estou lá a 20 anos, eu preservo a natureza,

(som ininteligível). Meu nome é Luiz. Pois é muito obrigado, pessoal. Só quero que vocês tenham noção do que realmente acontece, porque está sendo mais contagioso do que propriamente faz.

Rodrigo Martins: Senhor Luiz, eu acho que a ideia dessa reunião é justamente esclarecer dúvidas. Estou falando com o senhor, o senhor precisa esclarecer. Eu vi que o senhor tem interesse na RPPN, eu vi aqui, ouvi aqui as suas palavras. Então, hoje, antes da gente sair, do senhor e o senhor, que são dois casos bem claros de pessoas que querem continuar, não querem que o terreno seja comprado pela prefeitura. Nós vamos aqui iniciar o processo de RPPN de vocês, está bom? Então, se alguém não informou o senhor, talvez porque a prefeitura é muito grande, por isso que vocês têm que tomar cuidado de onde vem as informações, aqui você está com a equipe que está conduzindo o projeto. E nós vamos abrir o processo de IPPN dos senhores hoje, está bom? Esse é um compromisso nosso aqui. Quem tiver dúvida sobre RPPN, pode me procurar e a gente vai aqui abrir os processos de RPPN. Que é o reconhecimento do seu terreno como uma reserva particular, primeiro vai reconhecer o que eu tenho, como uma reserva particular, primeiro vai reconhecer todo o terreno como uma reserva particular, está bom? É esse que é o procedimento de criação.

Carlos: Bom dia, a todos. Meu nome é Carlos (som ininteligível) da Silva. Eu sou morador do Jardim Santa Tereza, ao lado da Santa Mônica. E tenho alguns colegas também, e tanto eu, tivemos diversas dúvidas, estão com dúvidas, a respeito de demarcações ao próximo parque Santa Mônica, na ilha do Bororé. (Som ininteligível) medição através de topografia, (som ininteligível) meu trabalho e já teve várias, uma, duas, três empresas lá fazendo medições e não sei qual que é da prefeitura que vai lá fazer, (som ininteligível). Obrigada, desculpa alguma coisa.

Rodrigo Martins: Tem a empresa que está no projeto contratado, a empresa GAB, que eu já coloquei lá os dois responsáveis, os arquitetos engenheiros, a GAB Engenharia, é ela que está visitando pela Secretaria do Verde. Mas tem também o projeto de regularização fundiária, é conduzido pela Adesampa, que é outra empresa que (som ininteligível), são as duas empresas que eu estou circulando. No ano passado, a Secretaria do Verde tinha contratado a empresa núcleo de engenharia, ela fez os levantamentos do ano passado. Este ano está sendo a empresa GAB engenharia, porque ganhou uma licitação pública e cada ano a empresa vai ganhando diferente. Então, a GAB engenharia, que geralmente está fazendo esse serviço, não está tendo nenhum levantamento hoje, mas, em Parelheiros, (som ininteligível), o senhor Luiz disse que ele foi visitado. A gente

vai iniciar o processo de RPPN dele. Se vocês não foram visitados, provavelmente não serão esse ano, mas se estiver na DUP, pode ser visitado ano que vem. E aí a gente vai ter mais tempo para vocês entenderem como que é o procedimento. (Som ininteligível), as empresas que foram visitadas, como você perguntou, e se alguém foi visitado lá e já está com um processo judicial, como o seu Luiz, vocês podem, inclusive, solicitar o processo, uma desaprovação parcial, que a nossa equipe de judiciária, a equipe do jurídico, que é a DSAP, ela também está ciente de fazer a negociação parcial com os terrenos, está bom? Então quem foi que (som ininteligível), falou que o terreno já está num processo judicial? E quando ele disse assim, as vezes a prefeitura ofereceu um valor e ele não se sentiu satisfeito. O juiz vai determinar quando ele não está satisfeito, ele determina uma outra avaliação de um outro período, de uma outra cidade, onde vai dar um valor diferente, e geralmente é um valor maior ou menor. Mas é algo judicial, é um preço justo, porque é dinheiro público. A prefeitura não pode trabalhar com especulações. E é o juiz que define o valor, está bom, seu Carlos? Eu vou pedir. Isso, ele quer só vender a casa para a prefeitura? Ah não, aí ele tem que ir ao cartório de imóveis e abrir uma matrícula da casa dele. A pergunta dele é, ah, eu tenho um terreno, quero vender sua casa, quero vender só uma parte do terreno. Existe uma regra na cidade, que não tem nada a ver com o nosso projeto, é o zoneamento, que define do tamanho mínimo de cada terreno da nossa cidade. Não é a pessoa que vai lá e fala, eu quero vender só cinco por vinte e cinco. Não é assim a regra. Tem países que estão fazendo algo ilegal. Tem que fazer algo legalizado, aí tem que consultar aqui o CPDU da subprefeitura, ele vai dizer as regras de tamanho mínimo, para você desmembrar, ter que contratar o topógrafo, ter que contratar o advogado para iniciar o processo de desmembramento. Não é ir lá e falar assim, ah, eu vou fazer aqui, acertei, vou vender esse pedaço. Isso é um ato ilegal, pessoal, quem faz isso, a gente está fazendo algo ilegal, está bom? É o que eu posso orientar.

Sueli: Bom dia, gente. Meu nome é Sueli, sou moradora (som ininteligível). Rodrigo, muito obrigada pela sua apresentação. Eu acho que todos aqui devem perceber que a Prefeitura fez realmente tudo certinho, teve um problema com o (som ininteligível), mas está organizada. Mas eu quero comentar que desde assim, a apresentação foi ótima, porém você inicia dizendo assim para que os moradores da comunidade que estivessem aqui aguardassem, não criassem ansiedade. Então, eu quero receber a ansiedade dos moradores, de compreender a situação da comunidade. A própria prefeitura tem esse gatilho, porque uma vez que a presença da GAB passa no seu terreno, ela faz uma medição, não presta totalmente todas as informações que eu não sei se é terceirizada ou a prefeitura de São Paulo, (som ininteligível), aqui como uma moradora de 40 anos, mas eu

tenho meu pai, eu tenho a minha mamãe, enfim, eles têm 50, 60 anos naquele lugar. Enquanto teve a visita da GAB, que são pessoas idosas, são pessoas doentes, são pessoas que passaram mal, então aqui foi a própria prefeitura de São Paulo que (som ininteligível), esse gatilho para essa ansiedade. E aí, quando você diz, olha, existe muita fake News. Existe. A gente está aqui, a gente também, não vamos ser coniventes. Só que assim, quando você entrar em contato com a subprefeitura (som ininteligível), a gente tem um áudio para pedir informação. E aí, você não é informada. E é informada de uma maneira incorreta, porque você acabou de dizer que os moradores daquela região podem, sim, continuar decidindo. O que eu ouvi de um profissional da subprefeitura foi que não, que tem lei contra lei, não se discute. Então, assim, a gente está falando de fake news, mas a gente está falando dos próprios profissionais de uma subprefeitura que estariam ali para auxiliar. Então, quando (som ininteligível), quem são os moradores que têm fazendas, que têm seus motivos existe sim, mas também existem os moradores que simplesmente têm sua casa, têm (som ininteligível), têm sua família. (Som ininteligível), eu não vou falar o nome de empresas, porque a gente não sabe como pode repercutir. (Som ininteligível), quem conhece o território ali, que é a região (som ininteligível), são poucos moradores. Do lado esquerdo, tem vários moradores, (som ininteligível), porém, existe uma empresa de grande porte ali, e a gente está aqui falando de meio ambiente, a gente está falando de sustentabilidade, mas quem conhece aquele território, sabe que aquela empresa ali, se falar de meio ambiente, seria a primeira, a primeira opção. E essa empresa, ela não foi justificada, ela não foi pontuada. Então, assim, falar de fake news, ok, mas eu quero dizer assim, a prefeitura, (som ininteligível), sim, gente, porque estou aqui, mas eu preciso levar uma resposta para o meu pai. (Som ininteligível), especialmente os moradores do antigo, que estão aqui. Eu acho que é uma certa hipocrisia porque só quem vive sabe. (Som ininteligível). Primeiro, tópico. Segundo, então, quem a gente vai recorrer, e quais são as orientações.

Rodrigo Martins: Como que é o seu nome? Sueli, (som ininteligível), você está falando dessas casas aqui, todos estão fora da DUP. Agora, você está falando de qual local? Essa aqui. Essa comunidade. Então, essa comunidade aí, a gente pode sim discutir caso a caso. Eu acho que tudo é possível. Inclusive, o que está sendo feito agora com a GAB, é a avaliação das casas. Para, inclusive, dizer para vocês quanto que ela vale, para vocês terem esse valor na hora da decisão. Uma coisa é você saber quanto que a prefeitura vai pagar. Outra coisa é já, de antemão, achar que vai ser um mau negócio. A gente sabe, tudo bem que o senhor Luiz aqui está insatisfeito, mas a gente tem outros que estão satisfeitos. Em todos os casos, pessoal, a Prefeitura está aberta ao diálogo, sim. E o canal principal, você pode ver com a subprefeitura, a gente está aqui, a Secretaria do Verde, nós

estamos aqui, nós podemos vir outras vezes e o ideal é discutir o caso específico. Porque, de uma forma geral, muitos não estão afetados pelo projeto. (Som ininteligível). E a gente pode rever exatamente o procedimento das nossas terceirizadas, dialogar mais com a subprefeitura, tudo pode ser esclarecido. Eu acho que é importante esses diálogos para entendermos o problema e ver se isso é o que a gente quer mesmo que a gente quer mesmo essa solução. Alguém mais?

Daniela: Bom dia, pessoal. Sou Daniela, moro na (som ininteligível). E eu moro em uma estrada, chamada Estrada da Servidão, (som ininteligível), outros loteamentos, eu não sei se o meu está incluso, porque eu estou à beira do parque Itaim, à beira de parque de preservação. E eu quero saber quem é que mora em um loteamento. Quem vai nos visitar? É a GAB ou eles vão procurar o dono que está na matrícula?

Rodrigo Martins: No caso da (som ininteligível) Marcelo, não vai ter loteamento. Vai ser feito desapropriações (som ininteligível). O único loteamento que foi incluído é o sítio (som ininteligível) que fica na frente do parque Colômbia. Todos os loteamentos, se (som ininteligível), não foi incluído em levantamento. Tudo que foi incluído nos levantamentos são áreas rurais. Aí, sim, afeta alguns que estão no limite da área (som ininteligível), Jardim Sabiá, pode mostrar a Vila Marcelo aí para ela? Porque a Vila Marcelo também não foi afetada pelo projeto e não vai ser aqui, olha. (Som ininteligível), provavelmente não vai entrar, o único que entrou foi o sítio lá da frente do Parque Colônia, aquele (som ininteligível), esse sim, a Prefeitura vai comprar para ampliar o Parque Colônia do outro lado, porque ali é uma área estratégica de produção de água para a represa Billings. Agora, isso aí que você está dizendo, inclusive, não tem levantamento nenhum aqui hoje, viu? Se alguém aqui, pode ser que nem tenha. Essas áreas, eu vou dizer para você, não é estratégica para a cidade. A estratégia da cidade é a área de mata, de vegetação. Não é a área de loteamento, isso é o que é o Projeto São Paulo-Capital Verde. A senhora está vendo que, na época, essa imagem é de 2020, quando o projeto foi traçado, não tinha loteamento aqui. Não, na imagem não tinha. Essa imagem era da época de 2020. Agora ele deve ter surgido depois, porque a imagem não é do início. E a imagem está errada. A gente está usando a imagem aqui para descrever no vídeo, mas não é. Mas não vai ser, se hoje tem alguma construção ou ocupação urbana aqui, provavelmente não vai ser comprado pela prefeitura. Isso não está no projeto a compra de áreas urbanas. É só mata, inclusive, aqui, se está desmatado hoje, vai sair do desenho e não vai sair do (som ininteligível).

Daniela: (Som ininteligível).

Rodrigo Martins: Ah, não. Mas aí não é no projeto de implementação (som ininteligível). A fiscalização, pessoal, é uma coisa que acontece (som ininteligível). Todo loteamento que não tem aprovação, tem um laudo de fiscalização, e aí não tem nada a ver com esse projeto São Paulo Capital Verde. Simplesmente tem uma operação chamada OIDA (som ininteligível) águas, que trabalha na fiscalização de loteamento não autorizados. Não dá para a gente misturar as coisas aqui. Sim, é isso, mas essa é a operação e defesa das águas. Toda área de mananciais, desde o (som ininteligível) até o final, qualquer loteamento que não tenha autorização, ele vai ser alvo do pessoal da fiscalização, que é outro projeto. Então, é porque está no plano diretor, que era para ser um parque ali. Aí fizeram o loteamento depois, em 2020. (som ininteligível). E fizeram. Está no plano diretor, mas eu estou dizendo (som ininteligível). Isso aqui foi registrado em 2020. Essa foto aérea aqui é de 2020. É isso que eu estou dizendo para a senhora, eu posso talvez aqui o satélite errou. Tudo bem, mas a prefeitura trabalha com essa data aqui e outras lá, ela tem de 2021, tem de 2022, tem de 2023, tem de 2024, tem de 2025. Ela sabe exatamente o ano que foram surgindo (som ininteligível) só que aí quando foi desenhado o projeto, você viu lá na imagem, não tinha (som ininteligível). Agora, para nós que somos da implantação dessa unidade, a gente não vai entrar no processo quando tiver uma área urbanizada, a gente quer vegetação. Porém, a fiscalização vai continuar acontecendo lá, independentemente de ser parque ou não planejado em plano diretor, porque é área de mananciais. Então, aí é uma pergunta judicial, todos são citados, como o Luiz colocou ali. Todos são citados e o juiz é que vai definir quem está falando a verdade. A pessoa tem que estar sempre falando a verdade, as provas, tudo, e aí é o juiz que vai definir. E provavelmente a indenização e a parte de cada um, se você agiu de boa-fé, se você é uma pessoa que está ali mesmo, né, com duas intenções, eu acredito, é isso que eu vejo nos processos, quem tem o poder é o judiciário, não é da prefeitura (som ininteligível). A prefeitura não fala, vou pagar para essa pessoa. A prefeitura fala, olha, eu conheço essa pessoa lá, o documento da pessoa é esse, o terreno é no nome tem dessa pessoa. Aí o juiz vai ver se é crime organizado, se a pessoa vai para a cadeia, ou não, a pessoa agiu de boa-fé, a pessoa não tinha onde morar, (som ininteligível). E tudo isso agora vai ser o que vai dizer, eu não posso interferir um trabalho com o Poder Judiciário, a gente é do Executivo, a única coisa que a gente faz, a gente diz para ele o que a gente viu. Olha, eu vi essa pessoa lá, tem esse cadastro aqui, e aí ele vai definir. (som ininteligível) foram cadastrados, estão no laudo e foram citados no processo judicial, e aí o juiz vai definir o que vai acontecer com cada um. Não

é a prefeitura que define, a prefeitura diz o que viu e o juiz vai ouvir o advogado de um lado, vai ouvir o advogado do outro e vai decidir. Pois não.

Daniela: (Som ininteligível) meio ambiente, pra não faltar água para não poluir o ar e o esgoto, por que o prefeito Ricardo Muniz não usa uma verba desse tamanho para fazer esgoto, saneamento básico? Porque se é básico, é direito de todos. (som ininteligível).

Ricardo Martins: Eu concordo. Inclusive, eu acompanho as obras da Secretaria da Habitação. Eu acho que seria bom eles virem falar aqui. Não é a nossa palavra. Nós somos do meio ambiente. Nós só podemos falar do meio ambiente. Não. Mas a Prefeitura isso, quem faz esse tipo de atividade, esse tipo de obra, o que está acontecendo aqui do lado, a canalização do (som ininteligível) que é a Secretaria da Habitação que está fazendo, e eles que são responsáveis. Inclusive, a verba deles, é 10 vezes maior que a nossa. Isso que a gente falou aqui não chega nem a 10% da verba da secretaria da habitação. Eles têm e tem muita coisa acontecendo pela Secretaria de Habitação, de esgotamento, de abastecimento, de reorganização de bairros. Eles estão fazendo agora, eu não sou da pasta da habitação e de urbanismo. Recomendo o conselho gestor da APA, a Maíra, presidente do conselho. E aí, Maíra? Recomendo trazer aqui na reunião um representante da Secretaria da Habitação, que poderá falar nos projetos deles. E isso, da Secretaria da Habitação, não. Por exemplo, tem um representante do Conselho e ele participa nessas questões, apesar de ser meio ambiente do conceito que a gente aprende na escola, mas na Secretaria, isso não está na Secretaria do Meio Ambiente, esse tipo de ação, a Secretaria do Meio Ambiente não trabalha, ela (som ininteligível) quer autoridade. Isso. Isso. É só para a senhora entender também o que é a prefeitura. A prefeitura é gigante, ela não trabalha só com aquela região, ela tem outras áreas também, mas tem coisa acontecendo agora. Ela não tem como fazer tudo ao mesmo tempo. Então, aí tem um limite de capacidade de pessoal, limite de capacidade de recursos, limite de capacidade de área de atuação. Eu recomendo a senhora vir nas reuniões do conselho gestor que acontecem toda última terça-feira do mês. E a primeira terça-feira do mês é lá no Capivari Monos. Aí é só ela se informar sobre tudo isso, porque tem representantes de cada secretaria da cidade para esclarecer tudo o que está acontecendo. Está bom?

Suzana: Pessoal, bom dia. Meu nome é Suzana, estou aqui (som ininteligível). A minha área também foi uma certa forma demarcada e não procedeu, assim, para esse pessoal da GAB. (Som ininteligível) conversar com você no e-mail, até porque por telefone mais tantas pessoas que talvez você... Onde, eu queria

chamar a atenção aqui. Acho que o grande problema é a falta de canal de comunicação, é igual agora, quando eu simplesmente comentei isso, me entregaram um e-mail. Só que quantas pessoas não têm acesso ao e-mail e essa comunicação moderna. (Som ininteligível). Então, assim, vocês têm uma estrutura, vocês têm uma equipe, nesse momento não vi você disponibilizando um telefone, um vídeo de comunicação, para mim isso é uma falha. E aí, se vocês puderem deixar com a gente aqui, você pode ver depois, entrar na internet, (som ininteligível) é uma ferramenta muito nova, porque tinha três pessoas que tinham conhecimento como outros tantos que não têm acesso a essa informação podem conseguir. Então, qual é o canal de publicação? Esse para vocês chamarem a atenção. Outro detalhe, que de uma certa forma (som ininteligível), mas afeta muita gente. A gente tem pessoas de classe média e classe baixa, (som ininteligível). Eu quero proteger a minha área com RPPN, quem vai custear isso? Porque se a gente for atrás, a gente continua tendo um problema, entendeu? E é um problema socioambiental, porque se a gente não tem condições financeiras para poder fazer a documentação, a gente continua nesse. Então, eu pergunto, quais são os canais de comunicação?

Rodrigo Martins: Os canais principais da região vão ser o conselho gestor das áreas de proteção ambiental Capivari Monos e Bororé Colônia. Eles foram criados aqui para ser a conversa da Secretaria do Verde com a cidade, com o município. Então, recomendo a todos vocês participarem dos conselhos gestores da APA Capivari Monos e da APA Bororé-Colônia. (Som ininteligível). Então, isso que a gente está tendo aqui hoje é uma do conselho das duas APAs. É isso que é um canal de comunicação que a gente está tendo. E a gente pode fortalecer, ter outros também. Essa é a melhor forma (som ininteligível). Patrimonioambiental@prefeitura.sp. (Som ininteligível) Por quê? Porque muitas pessoas não conseguem mostrar a sua propriedade, não adianta só a pessoa ligar, ela tem que mostrar onde está. E quem atende o telefone não sabe localizar com as informações. Melhor vocês mandarem um print do mapa de vocês, da área de vocês para o e-mail. Se não consegue mandar o e-mail, venha do Teia, venha aqui no Descomplica. Faça uma visita aqui preciso mandar um e-mail para a prefeitura. Patrimônio ambiental, todos os e-mails são respondidos, pessoal. Agora, a ligação, muita gente cria mais estresse para a pessoa do que solução. E pelo e-mail, você pode deixar o telefone e aí o técnico, depois de analisar, a mensagem, a informação, o local, ele vai ligar para a propriedade e vai explicar, o que não dá é o quê? A gente não, por mais que as pessoas achem que a equipe é gigantesca, ela não é. São três pessoas que trabalham com esse projeto inteiro lá. Aí a gente não trabalha só com esse projeto. Não dá para a gente ficar só atendendo isso, por isso que tem o Conselho Gestor das Apas. O Conselho

Gestor das Apas é feito para vocês se informarem. E nós estamos vindo aqui, foi uma demanda trazer para o conselho, essa já é a segunda ou terceira vez que a gente vem no conselho, segunda, né, que a gente vem nesse conselho. E a gente pode vir outras vezes, pessoal. E vir mais vezes, e cada vez vamos esclarecendo mais, fazendo oficinas, a gente pode abrir um dia sem ter palestra, só oficina com o GeoSampa. Todo mundo vindo faz uma filinha, vamos ver o GeoSampa. A gente pode, o que a gente fez, inclusive, no Céu, na UMAPAZ, a gente chega em uma oficina sobre isso no (som ininteligível). A pessoa ia lá, abria o GeoSampa e mostrava onde estava e a gente já via se estava (som ininteligível). Ah, já visitou? Já visitou, já fez o levantamento. Então, agora não quer ser comprado, olha, não quer. Você quer? Ótimo, continua. Não quer? Vamos criar uma RPPN? O que é RPPN? Vamos entender? Vamos entender. Vai explicar. E isso é tudo procedimento que a gente está aqui para isso, pessoal. Isso é uma boa pergunta, todo cidadão brasileiro tem direito à justiça gratuita. Grátis. Vocês têm direito a um advogado de graça, todo mundo, todo brasileiro. Você vai lá no Fórum de Santo Amaro, eu conheço muita gente que usou, minha família, inclusive, minha mãe, meus primos, meus tios, vocês vão lá no Fórum de Santo Amaro, e vocês procuram a Defensoria Pública. A Defensoria Pública (som ininteligível), vocês já foram visitados pela Prefeitura, já tem o processo judicial, olha, eu preciso me defender, eu preciso entender, não tenho como pagar o advogado. A justiça vai te dar um advogado gratuito, e isso aí eu posso garantir para a senhora que eu nunca vi ninguém que ficou sem um defensor público quando ele não tinha condições de contratar o advogado. É só ir ao Fórum de Santo Amaro, (som ininteligível). E lá tem, dentro do fórum, tem o escritório da Defensoria Pública, onde ele vai fazer o atendimento gratuito. Está bom, minha senhora. Documentação da RPPN é só um formulário inicial que precisa. (Som ininteligível). Primeiro passo é o formulário para dizer o que é, a gente vai mandar uma equipe de topografia só para medir o terreno, a gente vai fazer o mapa, a gente vai fazer tudo sem custo para a pessoa. Vai fazer um mapa com foco, de alta resolução, de toda a sua propriedade, e aí depois vai ser feito um estudo da qualidade da fauna, da flora, tudo a prefeitura vai fazer gratuitamente com essa pessoa, se quiser fazer uma RPPN. Então, é um procedimento, mas o passo inicial é só um formulário que tem no decreto, vocês entregam isso hoje, que a gente já pode levar o do Luiz e do senhor, esses dois formulários assinados hoje. E a gente já inicia levantamentos topográficos com a equipe que a gente (som ininteligível). Adesampa que está fazendo levantamento topográfico e a foto aérea. O senhor já vai ter mesmo, se não for reconhecido, vai que em um momento, muda de ideia. Mas vai ter já esse documento, que é um documento caro para você pagar, um topógrafo, uma foto de drone de alta resolução na sua propriedade. E todos que quiserem criar RPPN já podem ganhar isso.

Bruno: Tudo bom? Boa tarde. Acho que é boa tarde já, né, pelo tempo. Eu sou o Bruno, sou produtor de plantas ornamentais. Eu fico na área da Cratera da colônia, que você passou, são alguns tópicos. Eu queria agradecer primeiro o trabalho de vocês, que tem ajudado (som ininteligível). Agradeço ao Lucas que foi quem está realmente preocupado com o condutor, com o pessoal aqui que está avisando para o comum, comentando o que vai ter, é o Lucas. Primeiro sobre o contato, nossa amiga até falou, acaba uma pontuação aqui né, é importante ter esse contato e ter um local, você tem a casa ali em rua, você tem que ir à prefeitura, ter um local assim, muita gente não quer, tem dificuldade com o digital. Então, ter uma pessoa certa, nomear uma pessoa, e tipo, vai, você quer informação? Tal lugar, nesse lugar, como você mesmo falou. O segundo, eu sou produtor rural, você me deu duas opções. Você me passou aí, cedo meu espaço, eu falo valor, ou vira RPPN. Eu não tinha escutado falar sobre isso, pelo que eu escutei da parte do RPPN, eu não posso ter uma, que nem meu pai produz, tem questão de abelha, eu não posso ter uma caixa de abelha, eu não posso ter... Certo, mas a minha área virou RPPN, a gente não pode fazer nada nessa RPPN, tem essa dúvida, o que pode, o que não pode ser feito quando isso ocorre ao produtor rural. O valor também, ficou vago um pouco a questão do valor da terra.

Rodrigo Martins: É rápido. Não, mas aí eu chamei vários outros que fizeram isso. Primeiro, é produtor rural, dificilmente a gente vai comprar, mas só se tiver lá encravado no meio do mato, mas se é uma área, por exemplo, como a gente é, é um produtor antigo, produz, a gente está incluído nos projetos sampa mais rural, semeando o negócio, não há sentido algum para a prefeitura comprar sua agricultura. Primeiro ponto. A RPPN você pode virar parte do terreno, a gente não é todo terreno, você não precisa uma área que você produz, você não põe como RPPN. Põe RPPN só na área de mata. Mas é importante, sim, para a gente garantir que você não seja desapropriado não seja comprado a sua terra. (Som ininteligível). Já é uma reserva legal obrigatória por lei, (som ininteligível). Ah, não, mas agora eu vou criar, vou aproveitar e fazer uma RPPN sobre ela. E aí você ganha mais benefícios, e não é todo imóvel. Você não precisa colocar sua área produtora na RPPN. Dá para reportar. Valores. (Som ininteligível). Eu vou precisar visitá-la, tem que ir o nosso topógrafo, tem que ver onde que ela está, condição de acesso, condição da construção, documentação, tamanho do imóvel, tudo isso. Isso, para poder dizer quanto vale ele, não tem como passar não. Vamos pagar isso por metro quadrado, isso não existe, pessoal. Nenhuma avaliação trabalha assim em um mundo inteiro. O seu vizinho pode ter um preço de metro quadrado diferente do seu. Dependendo de como ele cuidou do terreno dele, de como está o imóvel dele, o metro quadrado dele pode ser maior ou menor que o seu. O

vizinho já muda. Ainda mais que você trabalha com a cidade inteira. Então, para que você saiba quanto que é o seu terreno, a gente vai precisar avaliar, que é isso que as empresas, a empresa GAB que a gente contratou, não está acontecendo em Parelheiros agora. A cratera não será feita esse ano, não tem condições, a prefeitura não tem equipe para fazer o levantamento da cratera de Colônia em 2025. Ela tem cinco anos para fazer, pode ser que até 2029 faça. Também não pode ser que não vai fazer. Mas esse ano, com certeza, não vai fazer, viu?

Bruno: Com relação ao que você falou sobre (som ininteligível). Eu tenho a posse de uma propriedade rural. Você tem que fazer o (som ininteligível) você tem que separar a reserva legal de 20%. Então, já está lá, reserva legal da minha propriedade. Como fica isso? Esse pedaço de reserva legal está dentro. Como fica a minha propriedade com a compra da minha reserva legal? Vou precisar, vai ter algum problema?

Rodrigo Martins: Não, nada. A prefeitura tem a autoridade de comprar só a metade do seu terreno, independente se é reserva legal ou não. Ela pode comprar só 1% do seu terreno, ela pode comprar 29% e deixar 1%. Porque todo estado pode fazer isso. É uma utilidade pública. Ela pode fazer isso. A Prefeitura, o Estado, o Governo Federal. Mas, como eu disse, então. Agora, como eu disse, esse ano a gente não vai entrar no projeto da cratera, quando entrar a gente discute, não tem como pensar isso agora. Porque vai mudar muita realidade até o ano que vem. Esse ano a gente não vai discutir o Parque da Cratera. É impossível fazer levantamento lá se não temos recursos. Não temos recursos humanos e financeiros para fazer o levantamento da cratera. Em Parelheiros podem ficar tranquilos aqui, pessoal, se você não for visitado e você mora em Parelheiros, este ano você não vai ser visitado por nenhum topógrafo do projeto. Aí o ano que vem, mudou o ano, a gente discute. E vem quem vai ser. Mas não dá para a gente ficar aqui nesse programa que não vai acontecer. E talvez nem aconteça no ano que vem, eu só vou dizer o ano que vem e quando que vem. Esses anos não posso dizer. Não sei quem é o poder desse projeto. Acabou o Recurso. A gente terminou com a Capela de Socorro toda, que é a região ali do Bororé. É ali. Acabou o Bororé. Não vai mais entrar em Parelheiro. Em Parelheiro só fizemos o quê? (Som ininteligível) todos foram visitados, foram avaliados como Sr. Luiz, que ele tem esse problema que eu quero resolver o problema dele. E o recreio de Parelheiros que a senhora ali colocou, a senhora é vizinha, não é? Da vizinha, do vizinho do parque? Eu quero conversar com a senhora, então, esses são os dois únicos casos que em Parelheiros vai acontecer e que está acontecendo, pessoal. Então, os outros eu sei que fica muita ansiedade, não tem condições. A gente mostra aqui porque também o conselho quer saber, mas não

vai dar avanço de levantamento, de avaliação de nenhum terreno além desses dois.

Bruno: No caso, eu tenho alguns terrenos, escritura, quando a gente comprou, estava tudo certinho, a gente conseguiu transferir. Tem um terreno específico, que a gente comprou já faz 15 anos. Quando comprou, foi parcelada, foi pagando. Quando foi fazer a transferência para o nome, o dono tinha colocado o inventário, faleceu, (som ininteligível). Ou seja, foi um processo muito caro e optamos por fazer usucapião. Então, esse terreno, comprei, paguei, fiz toda a documentação e ainda não entrei com o processo. Vamos dizer assim, não entrei no processo. Está tudo sendo preparado, tem um monte de documento, cartório, coisa cara, e você precisa juntar para depois entrar. Como fica esse caso?

Rodrigo Martins: A gente vai (som ininteligível) tudo isso e vai falar com o juiz, não é a prefeitura que diz. Ela vai falar sua história, o senhor vai falar a sua história para nossa equipe. Quando for visitar, que é talvez em 2029, vai visitar alguém, ela talvez não visite, aí o senhor vai contar a sua história, vai ser escrito num relatório e vai mandar para o juiz, aí o juiz vai definir. Agora, o que a prefeitura não pode fazer é tirar o senhor de lá à força. Ela não vai fazer isso. Isso eu quero garantir, senhor. Então, mais alguma dúvida?

Participante não identificado: Eu não localizei a (som ininteligível) que está na lista de perguntas. A senhora é a próxima, Sandra, já foi? Selma, pode vir.

Selma: Bom, a gente já está aqui com insegurança ambiental, fora com insegurança climática também, as duas coisas juntas. Eu acho que assim, muita informação, eu acho que é muita informação também do próprio conselho, das duas Apas, é muita coisa. Eu acho que a comunicação da Prefeitura nesse projeto precisa pensar em meios que não sejam só esses informacionais, como as pessoas falaram aqui. Veja a minha cabeça branca, igual a um monte com o meu computador tem muita coisa e olha aqui quantos de nós temos a mesma idade. Então, eu acho que é uma questão de respeito que é a comunicação seja feita de duas formas, a informacional e uma outra que é o Jornalzinho, veja quando está a seu parque, acompanhe a seu parque, algo dessa natureza que vai dizendo para a gente o cronograma de onde nós estamos. Ricardo falou pra caramba um monte de coisas, sobre muitas coisas, muitas delas eu não vou me lembrar e elas são importantes. Então, veja, fazer um jornal, (som ininteligível), eu sei que tem a ver com meio ambiente, mas eu não sei, vídeo, eu não sei quantas coisas podem ser feitas dizendo desse dia a dia do impacto. Como é que ele está esse processo? Por exemplo, as pessoas, uma dúvida, as pessoas que não têm acima

dos 20 mil metros (som ininteligível), mas eu tenho só 15 mil metros, por exemplo. O que vai acontecer comigo? Essa é uma questão que a gente não conversou e que tem a ver com a regulação do fundiário. Então, o próximo passo, como o Ricardo falou, não vamos ter mais (som ininteligível) de georreferenciamento. Então, isso aí é só para o ano que vem, e nesse ano, o próximo passo, então, é lidar com a regularização fundiária das pessoas que já foram cadastradas. E nesse grupo, quem tem menos, como é que fica? Então, eu acho que é uma grama de informações que eu acho que o conselho só não dá conta tem que ajudar o conselho também.

Rodrigo Martins: Inclusive uma atividade de secretarias também, vocês trazerem secretaria da Habitação, secretaria da SMDet, que está atuando com a questão rural. Adesampa que atua também com regularização de área rural, é todo mundo esclarecer. Marinalva, vamos lá.

Participante não identificado: Eu vou falar diretamente para os agricultores, as agricultoras, o pessoal que tem propriedades no meio da mata, que está recebendo já turistas, o pessoal que está com propriedades grandes, não o pessoal que está com a casa no bairro. Então, veja só, esse projeto nós já acompanhamos, discutimos, debatemos enquanto sociedade civil desde 2006. Então, não é um negócio que a gente não estava sabendo. Nós estávamos contribuindo enquanto sociedade civil organizada, então, no ano passado, nós fizemos várias reuniões em várias comunidades, Ponte Alta, (som ininteligível) e outros bairros, para esclarecer os proprietários de terra. O que é que estava acontecendo com as DUPs, (som ininteligível). É lógico, a comunicação sempre será difícil, mas nós temos os canais, além dos dois conselhos das Apas, Bororé Colônia e Capivari Monos, tem o nosso conselho, onde tem vários, Bernadette, onde tem vários colegas, proprietários (som ininteligível). Então, esse canal também estará à disposição para os agradecimentos. Fora isso, nós temos um projeto semeando ao negócio aí com Adesamba, com o programa Sampa mais rural. Todos os meses nós temos um plantão lá no Teia, lá no Parque Ribeirão Colônia. Amanhã, das 9 horas às 13 horas, os técnicos estarão lá para esclarecer qualquer dúvida que você tenha sobre esse debate de hoje. Não é questão de regularização fundiária, de ocupação de casa. Não é isso. Nós estamos falando das propriedades, da terra crua, da preservação. E aí, nesse sentido, para encerrar, foi falado o tempo inteiro aqui. A prefeitura desse projeto não vai invadir lá sua casa, sua agricultura, sua propriedade, sua lavourada, nada. Não vai fazer isso. Agora, o que esse meu amigo colocou aqui, ele quer continuar a aposentadoria lá na terra dele. Ótimo, vai continuar lá na terra dele. E aí o que é que nós aconselhamos? É a RPPN, além de valorizar a sua propriedade, porque

isso é um título, então isso valoriza a sua propriedade, vai valer mais dinheiro, no momento que você queira vender ou seus herdeiros. E o melhor de tudo isso, que o Rodrigo está falando toda hora, é o PSA Programa de serviços ambientais, (som ininteligível) é uma lei federal, paga para você manter a sua mata em pé, meu amigo. Então, os colegas nossos aqui, recebem de 20 a 40 mil reais pelo PSA. Então, se você tem a RPPN, já tem esse dinheiro gratuito na sua conta para você manter a sua floresta em pé. Então, o conselho gestor do Polo de Ecoturismo, é obrigado a dar o esclarecimento. E amanhã também, lá no Teia, (som ininteligível) conselhos das APAs. Depois a gente vai (som ininteligível) canais para a gente ir se falar. Grande abraço.

Rodrigo Martins: Muito bom, (som ininteligível). Para fechar, pessoal. (Som ininteligível), mas tem uma coisa importante que é, o mais importante é que a gente está agora sendo visitado pelo levantamento. Porque quem não está, quem não foi, eu sei que tem muita dúvida se a gente vai retirar já. (Som ininteligível) eu vi que está esvaziando e a gente pode perder oportunidades de aqueles que foram, exatamente os que estão mesmo e necessitados de ter informação. Então, (som ininteligível). Tem alguém que mora nessa região aqui? Os senhores já foram visitados pelo técnico da GAB, então eu peço para os senhores irem ali. Os senhores a gente precisa visitá-los. É esses que a gente precisa hoje resolver. Então, se você mora nessa região, a gente precisa saber quem são os senhores, e, os senhores têm que tirar todas as suas dúvidas. A gente tem ali o pessoal da GAB para isso, está bom? Eu peço para os senhores não irem embora antes de falar com a gente, tudo bem? Combinado? Outra área, essa área aqui, ó, que é chamada Ribeirão Bororé. Também fica perto do Chácara de Santo Amaro. Aqui é o Chácara de Santo Amaro, fica atrás dos sítios aqui, sítio do (som ininteligível). É essa área do fundão. Então, tem alguém dessa região aqui, não tem ninguém. O senhor é daqui? O senhor é dessas áreas aqui. Então peço também. A gente conversar, antes do senhor ir embora. (Som ininteligível), mas não é bairro, viu? Se for bairro, nem adianta, porque a gente não vai desapropriar. Agora, se for sítio, sim, a gente precisa conversar. Se for do sítio, aqui, dessa área, das pedreiras, a gente precisa conversar. Então, eu peço para vocês até fica todo mundo do lado de cá, que é desses quais que eu falei, que esse sim, a gente está fazendo o levantamento topográfico agora e a avaliação. Agora, vamos por aqui, Parelheiros. Teve essa área aqui, (som ininteligível). Então, essa área aqui, não vai ter levantamento esse ano. Eu peço para os senhores se acalmarem. Nós não vamos discutir isso esse ano, não vou polemizar no conselho aqui também, já que não vai ser feito nenhum levantamento esse ano. Porém, uma coisa é o levantamento topográfico. Outra coisa é a fiscalização ambiental, que vai acontecer se alguém fizer loteamento clandestino lá. Isso é independente do

projeto nosso. É outro projeto que se chama OIDA. Outra coisa, vamos lá. (Som ininteligível). O senhor pode ficar tranquilo que esse ano não vai ter levantamento lá. Então, ano que vem a gente volta a conversar. Porque se não é muita ansiedade para vocês, é desgaste, a gente não tem condições, não tem equipe pra ficar tirando dúvidas de algo que não vai acontecer agora. Pode ser que aconteça no ano que vem, aí a gente volta a falar disso no conselho. (Som ininteligível) nem tem dúvida aqui, pessoal. Então, ó, não precisa nem conversar com a gente, nem ano que vem, nem depois. Não tem dúvida aqui. (Som ininteligível) já foram visitados, então se o senhor não foi, então o senhor não vai ser mais. Não. Aí, senhor. Isso, vamos falar dela, então. O senhor sim é um caso que a gente precisa conversar bastante. Fique tranquilo. (Som ininteligível). Alguém é da Vila Marcelo? Não vai ter levantamento topográfico lá esse ano, mas ações de fiscalização da prefeitura continuam na cidade inteira. Ela não tem nada a ver com o decreto de utilidade pública, a compra não vai acontecer lá. Não vai ser feita uma avaliação lá do projeto São Paulo-Capital Verde, está bom? Então eu quero que você se conforme que este ano não vai ser feito levantamento topográfico de avaliação, ou seja, a prefeitura não vai visitar o imóvel para avaliar. O que eu estou dizendo é projeto de compra dos terrenos, pessoal. Isso não vai acontecer esse ano. Não, esse ano não. Também não. Não, de compra não. Mas a fiscalização ambiental vai continuar como está acontecendo na cidade inteira, isso é outra coisa. Que a gente pode conversar também sobre isso. Até, se vocês quiserem, no momento hoje, a gente pode também conversar sobre isso. Pode vir mais. Outro aqui. Cratera de Colônia. Quem é da Cratera de Colônia aqui? Pode estar tranquilo que esse ano a gente não vai visitar lá para fazer avaliação. Não tem, esse é um projeto bem grande, que inclui diversas propriedades rurais que provavelmente não serão compradas. Isso é um perímetro muito grosso modo de planejamento para poder envolver toda a região da cratera e, aí sim, após o levantamento fundiário, saber escolher quais imóveis serão incorporados para a prefeitura. Então, esse aqui não vai acontecer esse ano de levantamento topográfico. (Som ininteligível). Então, não preciso nem falar. Essa região do bambu, aqui do gramado, também não será feita levantamento topográfico esse ano, porque, como eu disse, a prefeitura não tem condições técnicas e financeiras para continuar esse projeto este ano. Ela já está no limite e ela já concluiu várias áreas, como eu coloquei no começo, metade dos 50, 24 DUPs estão com estudos fundiários completos ou em andamento. As outras 26, vão ficar para 2026. Aí, outro aqui, só o por último. Isso, nós vamos lá agora. Aqui, olha. (Som ininteligível) da Serra do Mar, Bela Vista. (Som ininteligível), aqui tem muita terra que já é da Prefeitura, já é da prefeitura e está lá sem demarcação. O que pode acontecer lá é o projeto de demarcação dos imóveis da prefeitura. E esse caso aqui, seria a demarcação, né? Mas foi lá. Então, aqui sim pode ser que aconteça um projeto

de demarca nas áreas que já são da prefeitura. As áreas que já são públicas, as áreas que já são do Estado de São Paulo, e o Estado vai passar algumas para a prefeitura. Esse sim nós podemos até discutir no conselho gestor da APA Capivari Monos. (Som ininteligível). A gente não precisa falar ele aqui, a gente fala lá na Capivari Monos, no momento que vão fazer a demarcação, todos acompanhando, ter o pessoal lá no (som ininteligível), aí sim. Então, o único projeto de Parelheiros que talvez a gente consiga executar alguma coisa esse ano é o Borda da Serra do Mar. Fora isso, eu peço para vocês descansarem, eu vou agora abrir para a sua fala. Eu peço a vocês descansarem. Se vocês estão nos que eu falei que está acontecendo, que é ali, na Chácara Santo Amaro, fiquem do lado de cá. Se vocês estão nos outros projetos que eu falei, fiquem tranquilos, este ano não vai ter nenhuma visita da Prefeitura do projeto São Paulo Capital Verde.

André: Boa tarde aí a todos, eu sou o André. Bastante gente me conhece, eu tenho bastante propriedades. Tenho uma propriedade (som ininteligível) onde não tem água. E o pessoal deixou um papel de reintegração, de desapropriação, desculpa. Só que assim, como que vocês estão comprando algo, se vocês têm intenção de comprar, vocês deixaram aquele papel de desapropriação para mim. Desapropriação, eu não coloquei placa de vende- se no meu imóvel. Então, como que está desapropriando? Eu tenho uma área mais na frente comercial, que é a herança do meu pai, minha mãe hoje em dia está aqui, a gente tem uma retirada satisfatória de aluguel, aí chegou à moça medindo, falando que faz parte do parque. Se você colocar (som ininteligível). Então assim, como que funciona vocês abandonarem um tanto de mata, porque se você olhar para fora do parque, tem um canto de mata, a entrada do Vila Marcelo. É tudo mata. Ficou para trás. Aí pegou a área comercial ali, eu quero saber, minha área é essa aqui, olha. (som ininteligível). Essa aqui é a minha área. Desce um pouquinho mais. Aqui tem as casinhas. Essa área aqui tudo é minha. Essa área aqui é minha. Então assim, como que consome, você coloca em um parque aqui, aqui tem um loteamento, isso aqui é tudo área verde. Por que que não compra isso aqui do rapaz que está lá, que ele não pode fazer nada? E Roberto, deixa eu falar para você, você falou bonito pra caramba, eu aplaudi, vou aplaudir você de novo, mas assim, ó Chicão, é, deram duzentos e poucos numa área do Chicão, 400 na minha, você quer 200 na sua agora? Quer 200 na sua? Porque assim, Roberto, você mora numa região, você não tem que apoiar (som ininteligível) não, mano. Você tem que se comunicar com a gente e vestir a camisa de parceiro, porra. Entendeu? Isso aqui, ó, a gente tem que se unir. Ninguém vai dar nada de graça.

Rodrigo Martins: Olha, inclusive, eu peço para a gente pegar os nossos contatos. Porque (som ininteligível) o senhor não foi citado, a gente precisa informar. Isso é

uma citação. Aí eu vou explicar como é que funciona, ou o senhor reconhece uma RPPN, também tem essa opção. (Som ininteligível). Esse parque, deixa eu te explicar, cuidado com a luz. Esse parque, como o senhor está dizendo, por que ele é diferente dos outros? Esse é um parque linear, ele é um parque voltado ao (som ininteligível), que é o principal formador da represa Guarapiranga.

André: Não foi desapropriado, como é que não foi desapropriado nessa parte aqui? Como é que não foi desapropriado se a água é da represa.

Rodrigo Martins: Isso, nada ainda foi. Mas, senhor André, eu vou dar suas explicações que o senhor pediu. Primeiro explicar para o senhor que o Decreto de Utilidade Pública é uma lei antiga dos anos 40, onde o Estado Brasileiro, Governo Federal, Governo Estadual e Governo Municipal, ele tem autoridade de fazer obras públicas, obras de benefício de todos E é por isso que é feita uma compra dos terrenos. Não é só eu vou ofertar o meu terreno para a Prefeitura, não, se a Prefeitura quiser fazer uma obra, que é a implantação de um parque, ela vai comprar o terreno do senhor. E eu acredito, senhor André, que o Poder Judiciário vai dar um valor justo para o seu terreno, viu? Eu acredito. Isso. Então, isso é a proposta da Prefeitura deu. Aí o que o senhor faz? O senhor não pode pagar um advogado, o senhor pode fazer testemunha pública e ele pode, o senhor pode chamar até três peritos diferentes.

André: Eu entro na justiça e o dia que eu ganhar, eu pego o restante. Se eu não ganhar (som ininteligível).

Rodrigo Martins: (Som ininteligível) é a questão da posse imediata. Pode ser que a gente não peça, a gente aguardar o senhor resolver também a situação. Tudo isso é discutível. Então o senhor precisa entender que no processo há também muitas dúvidas. Sim, que é compra. É compra. Não vai tirar ninguém a força, viu? É compra do terreno. E é isso que o senhor vai ser informado. Inclusive, esta área aqui foi incluída, André, porque ele fez muitos crimes ambientais ali. O senhor sabe disso que deve ter chegado algumas (som ininteligível) para o senhor ali. Então, como também teve muito processo, exato, (som ininteligível) fazer uma recuperação ambiental dele, ele está degradado na beira do córrego e é por isso que o projeto lá, o planejamento, incluiu essa área para um dia voltar a ter a sua função esponja, de evitar enchentes, inclusive, da enchente aqui. O projeto do (som ininteligível) é para evitar enchentes em parrelheiros também. Aí depois a gente fala, a prefeitura não faz nada. A prefeitura está tentando evitar enchentes, criando um Parque Linear. Claro, André, eu entendo completamente, o investimento que eu tive. (Som ininteligível) que é quanto o senhor ganharia no

imóvel em 5 anos, em 10 anos. O senhor pode pedir para o advogado, pedir para o juiz falar isso, eu quero que faça o cálculo de qual é o lucro cessante em 10 anos que eu terei nesse imóvel. E aí eles vão fazer o cálculo, e o senhor vai lá e se o juiz achar que está certo, porque o juiz, ele não é da prefeitura. Ele é outro poder, mas é um Estado Brasileiro, trabalhando só todos de forma justa. Ele vai ver o seu caso e ele vai dizer, não, o André tem razão, prefeitura, ele tem razão aqui. Entendeu? Isso é um processo que tem que ser transparente. Eu acho que a gente está aqui para tirar as dúvidas mesmo, André. Como o senhor já foi citado, eu acho que é melhor o senhor se apresentar lá também, né? (som ininteligível). Eles querem resolver o problema do cidadão. Mas aí o senhor, falando isso para o juiz, ele vai entender quem vai receber também a indenização. Porque é isso que ele vai ver. (Som ininteligível). Não é papel nosso dizer quem vai receber, é o papel de um outro poder, chamado poder judiciário, que não tem nada a ver com a Prefeitura. Ele, inclusive, é estadual, não é nem municipal. Aí ele que vai, é o Poder Judiciário do Estado de São Paulo. Ele vai ver seu caso e falar, não, ele que tem que receber a indenização, não é ele que tem que receber. Então é parte para ele, parte para esse. Não, enquanto não sair uma ordem chamada (som ininteligível). Ninguém vai chegar e tirar o senhor lá sem a emissão da posse, que é uma ordem judicial. Inclusive, André, nós podemos pensar em deixar alguma parte, tudo é possível. Você vai falar, tem uma parte aqui que eu tenho um comércio. Aí eu vou levar isso para a discussão das equipes que vão fazer o parque. Aí eu falo ao André que nessa situação a gente pode visitar o seu local, eles avaliam e a gente recorta alguma coisa que só continua também com a sua atividade comercial lá. (Som ininteligível) no meio de uma área urbana e vegetação. E ela não tem uma função de um parque liminar, ela teria função talvez de um parque urbano, teria função talvez de um parque de conservação, porém nem todas. (Som ininteligível). Inclusive, já estão reclamando porque entrou algumas áreas, algumas foram deixadas de fora também. Inclusive, como eu coloquei na apresentação, mais de $\frac{1}{3}$ da vegetação nativa ficou de fora e a gente vai incentivar projetos de PSA, que é pagamento de serviço ambiental. Inclusive, aqui, tem um proprietário aqui pertinho, por aqui, que está quase pronto para receber. É um sítio existente lá perto da Vila Marcelo, o senhor conhece? E ele está lá, a gente visitou o sítio que tem nascente, e vai receber um dinheirinho para manter o local como sítio, para não cair na tentação de fazer um loteamento irregular, vender terreno sem autorização da prefeitura. Porque isso pode trazer muitos problemas graves para muitas pessoas. Pode sim.

Participante não identificado: Bom, só para a gente organizar, faltam 10 minutos, para o nosso término da reunião, a gente tem na lista Rosimeire, está aqui? Pode

vir, está o Rogério, depois Ezequiel, José, Aurelino, cadê Aurelino? Não? O Cleiton já foi, e o Genésio. Então, é a senhora...

Rosemeire: (Som ininteligível).

Rodrigo Martins: Primeira coisa, não pode ter um advogado, vá na defensoria pública e fala isso no juiz. É o juiz que decide, não é a prefeitura que define quem vai receber. Quem define é sempre o juiz. A prefeitura vai apresentar para o juiz, o que ela viu, ela viu um posteiro, ela viu uma propriedade matriculada e aí falou assim, olha, se chama essas pessoas aí. Se a senhora não for chamada ainda, eu peço para a senhora ir e se apresentar no processo. Se a senhora não sabe, é que não tem ainda esse processo. Então a senhora espera, que ainda não foi ajuizado. Por enquanto é só uma avaliação de quando que vale o terreno. E eles vão colocar, dizem assim, a senhora se for lá, vai lá que a senhora lá, e aí isso vai ser utilizado para a prefeitura depois chegar e ir lá para o juiz, olha, eu vi a Rosemeire, CPF tal, endereço tal. E aí o juiz vai chamar a senhora, vai que nem o André falou, (som ininteligível) e fala, a senhora, foi citada no processo de desapropriação, que é compra. E aí a senhora vai lá e o juiz vai definir quanto a senhora vai receber, quem vai receber. Não é a gente que define. Está bom? Sim. Isso. Aí a senhora fala tudo isso. Tem alguém contrato com essa pessoa. Pronto. A senhora tem que dizer lá. O juiz, eu não sei. Eu não tenho condições. Não é parte da nossa equipe. A nossa equipe é só dizer (som ininteligível). Agora, quem vai falar que é isso mesmo é um juiz. Está bom, minha senhora? (som ininteligível). Eu vou dizer para a senhora, a gente vai dizer no juiz o que viu. E se a senhora tem alguma relação (som ininteligível) que teve um terreno e não regularizou, eu convido a senhora a regularizar a situação.

Anexo I. Registro Fotográfico.

